



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第八屆立法會

第一立法會期（二零二五 – 二零二六）

第一組

第 VIII - 5 期

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

I Série

N.º VIII - 5

Data: 19 de Novembro de 2025

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 19 horas e 23 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito na Praça da Assembleia Legislativa, Aterros da Baía da Praia Grande, Macau

Presidente: Cheong Weng Chon

Vice-Presidente: Ho Ion Sang

Primeiro-Secretário: Si Ka Lon

Segunda-Secretária: Lei Cheng I

Deputados presentes: Cheong Weng Chon, Ho Ion Sang, Si Ka Lon, Lei Cheng I, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng Jose, Leong On Kei, Ma Chi Seng, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei, Ip Sio Kai, Iau Teng Pio, Lam Lon Wai, Leong Sun Iok, Kou Kam Fai, Che Sai Wang, Leong Hong Sai, Lao Chi Ngai, Ngan Iek Hang, Lei Leong Wong, Vong Hou Piu, Leong Pou U, Lei Wun Kong, Chan Hao Weng, Lee Koi Ian, Lam Fat Iam, Ho Kevin King Lun, Chao Ka Chon, Wong Chon Kit, Wong Ka Lon, Kou Ngon Seng, Loi I Weng e Chan Lai Kei.

Convidados:

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai;

Secretário para a Administração e Justiça, Wong Sio Chak;

Secretário para a Economia e Finanças, Tai Kin Ip;

Secretário para a Segurança, Chan Tsz King;

Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura, O Lam;
Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Tam Vai Man;
Comissária contra a Corrupção, Ao Ieong Seong;
Comissária da Auditoria, Ao Ieong U;
Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários, Leong Man Cheong;
Director-geral dos Serviços de Alfândega, Adriano Marques Ho;
Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo, Chan Kak;
Chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça, Chang Cheong;
Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças, Lo Chi Fai;
Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança, Lam In Sang;
Chefe do Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Lin Yuan;
Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lam Sio Un;
Chefe do Gabinete do Comissário contra a Corrupção, Chan In Chio;
Chefe do Gabinete do Comissário da Auditoria, Ho Ioc San;
Membro do Conselho Executivo, Leonel Alberto Alves;
Membro do Conselho Executivo, Chan Chak Mo;
Membro do Conselho Executivo, Ma Chi Ngai Frederico;
Membro do Conselho Executivo, Chan Ka Leong;
Membro do Conselho Executivo, Lao Ngai Leong;
Membro do Conselho Executivo, Leong Wai Fong;
Membro do Conselho Executivo, Tong Kai Chung;
Membro do Conselho Executivo, U Seng Pan;
Adjunto do Chefe do Executivo, Ng Chon Man.

Ordem do Dia:

Ponto único: Sessão de perguntas e respostas sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2026, com a presença do Chefe do Executivo.

Sumário:

Sessão de perguntas e respostas sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2026, com a presença do Chefe do Executivo.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar início à reunião de hoje.

O ponto da Ordem do Dia de hoje é sessão de perguntas e respostas sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2026, com a presença do Chefe do Executivo.

Em primeiro lugar, quero agradecer, em nome da Assembleia, a presença do Sr. Chefe do Executivo, dos membros do Conselho Executivo e dos seus colaboradores nesta reunião.

De acordo com a Deliberação da Mesa, os Srs. Deputados podem colocar uma questão de cada vez, segundo a ordem de inscrição, e o tempo para uso da palavra é de 2 minutos. Hoje, inscreveram-se 32 Deputados para usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ip Sio Kai.

Ip Sio Kai: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, as Propostas para o 15.º Plano Quinquenal, aprovadas pela 4.ª Sessão Plenária do 20.º Comité Central, definiram o objectivo de “expandir a abertura ao exterior de alto padrão e abrir novas perspectivas para a cooperação e benefícios mútuos”. Uma das quatro esperanças formuladas pelo Presidente Xi Jinping durante a visita a Macau no ano passado foi “construir uma plataforma de abertura ao exterior de nível mais elevado” e “promover a cooperação abrangente de benefícios mútuos com os países lusófonos”. As LAG deste ano definiram, pela primeira vez, o reforço do intercâmbio comercial, financeiro e cultural com os países de língua espanhola como prioridade.

Como é que o Governo vai aproveitar melhor as funções do Centro de Serviços Económicos e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa (e de Língua Espanhola), e alargar o respectivo leque de serviços e funções, para promover a cooperação financeira entre Macau e esses países, criar um ambiente de negócios mais propício à promoção da cooperação financeira, e reforçar a função de Macau como pivô financeiro nessa cooperação. Há políticas ou rumos concretos para atrair mais instituições financeiras desses países para se estabelecerem em Macau ou na Zona de Cooperação, e promover entre Macau e esses países o uso do Renminbi, o investimento e financiamento transfronteiriço, a cooperação nas finanças verdes, e a construção de redes de liquidação?

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço a questão que o Sr. Deputado Ip Sio Kai colocou.

O desenvolvimento sinérgico entre Macau e Hengqin e o aproveitamento das vantagens únicas de Macau e das vantagens da Zona de Cooperação com apoio da Pátria são estratégias nacionais que todos conhecem. Por isso, o Centro de Serviços Económicos e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa (e de Língua Espanhola) desempenha um papel fundamental neste processo de desenvolvimento. O Centro foi criado no início deste ano, por iniciativa conjunta da Comissão Executiva (em Hengqin) e do Governo da RAEM, com o objectivo de desenvolver o papel da plataforma de Macau e prestar serviços aos Países de Língua Portuguesa no Interior da China; e ainda para proporcionar às empresas da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, quando estas “se expandem para o exterior” até aos Países de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola, serviços jurídicos, contabilísticos, informações sobre os mercados desses países, etc., formando assim um mecanismo de funcionamento de mercado que integra os serviços “online” e “offline”. Os respectivos trabalhos já foram oficialmente iniciados. Esperamos que, através desta plataforma, possamos estabelecer uma ligação com os Países de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola. Quanto às instituições financeiras que mencionou há pouco, de facto, a AMCM já celebrou acordos de cooperação com 12 instituições financeiras

de 8 países, esperando que as partes possam aproveitar a plataforma de Macau e os respectivos memorandos de cooperação para formar quadros bilingues chinês-português qualificados e de quadros qualificados da área financeira. Em relação a este aspecto, o Sr. Deputado Ip Sio Kai domina melhor a matéria.

No que diz respeito à promoção de mecanismos regulares de troca de moedas (RMB), o País estabeleceu mecanismos de troca de moedas locais com Brasil, entre outros países. Assim sendo, a Autoridade Monetária de Macau planeia desenvolver os respectivos trabalhos tendo em conta o rumo da utilização transfronteiriça do Renminbi, criando “Facilidades de financiamento de Renminbi” em regime permanente. O Banco da China goza, por seu turno, do estatuto de banco liquidante. Por conseguinte, será promovido junto dos Países de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola os conhecimentos sobre o mercado de obrigações de Macau. O valor actual do mercado MOX de Macau é de cerca de 1 000 000 milhões de patacas, e o País, a vizinha província de Guangdong, etc. também emitiram obrigações em Macau. O Governo irá aprofundar a cooperação financeira com os Países de Língua Portuguesa através da organização de conferências financeiras e formação profissional, e atrair instituições financeiras a estabelecerem-se em Macau e em Hengqin através de captação de investimento. Em primeiro lugar, temos de conhecer e aumentar os contactos, e depois desempenhar o nosso papel de plataforma, atraindo aquelas para se instalarem em Macau e em Hengqin. Actualmente, está a ser negociada a construção de um centro de formação de profissionais de supervisão de seguros lusófonos, com o objectivo de criar uma base de formação de quadros qualificados na área financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo, o projecto da “Pataca Digital” já se encontra em desenvolvimento e foi adjudicado a um banco e a uma instituição financeira para o desenvolvimento dos respectivos trabalhos preparatórios. Espera-se que a inovação da “Pataca Digital” desempenhe um papel relevante nos domínios de pagamento, liquidação e compensação, incentivando as instituições financeiras de Macau a tomarem a iniciativa de “se expandirem para o exterior”. Nos últimos um ou dois anos, tem-se verificado que as instituições financeiras estão dispostas a deslocar-se, em conjunto com as instituições governamentais, aos Países de Língua Portuguesa e aos países da Europa, com o objectivo de promover, em conjunto, a plataforma financeira Hengqin-Macau, desenvolvendo as potencialidades e vantagens únicas dessa plataforma. Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng Jose: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, ontem, no relatório das LAG, o Chefe do Executivo referiu que ia tomar a iniciativa de se articular com o 15.º Plano Quinquenal do País e auscultar amplamente as opiniões dos diversos sectores sociais, o que merece todo o meu apoio. A nova jornada do 15.º Plano Quinquenal é um período crucial para consolidar as bases e envidar esforços abrangentes. Na 4.ª Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista, já foi publicada a proposta nacional do 15.º Plano Quinquenal, no qual constam as novas exigências sobre o desenvolvimento de Macau, incluindo: reforçar a cooperação

com o Interior da China nas áreas económica, comercial, tecnológica e humana, e aperfeiçoar políticas e medidas que facilitem o desenvolvimento e a vida dos residentes de Hong Kong e de Macau no Interior da China; e desenvolver, com forte apoio da Pátria, as suas vantagens evidentes na ligação ao mundo. Sr. Chefe do Executivo, quanto à articulação entre o 3.º Plano Quinquenal de Macau e o 15.º Plano Quinquenal do País, e tendo em conta o novo conteúdo do País, quais são os rumos e medidas concretas indispensáveis que podem ser partilhadas connosco com antecedência? Obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço a questão que o Sr. Deputado Chui Sai Peng colocou.

O 15.º Plano Quinquenal do País foi aprovado na 4.ª Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, prevendo-se a sua aprovação formal pela Assembleia Popular Nacional em Março do próximo ano. Para além de envolver o planeamento geral do País, o documento também incluirá conteúdos relativos a Hong Kong e Macau, bem como as opiniões de consulta dos diversos sectores da sociedade. O 15.º Plano Quinquenal do País é um plano quinquenal chave para a plena construção da “modernização socialista”, e Macau, enquanto região administrativa especial do País, deve aproveitar o “apoio do País” e a “interligação com o mundo”, e desenvolver ao máximo o papel de “interlocutor de precisão” e as vantagens do princípio “um país, dois sistemas”. No âmbito do 15.º Plano Quinquenal, existem várias áreas cujos conteúdos podem ser partilhados com todos.

Na área da Economia e Finanças, o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau irá articular-se com os planos nacionais, em prol de um desenvolvimento conjunto. Por exemplo, Macau vai iniciar o estudo sobre o parque internacional da indústria de ciências e tecnologia, e os planos de desenvolvimento das indústrias tecnológica, de convenções e exposições e do sector financeiro, entre 2026 e 2034, serão articulados com o 15.º Plano Quinquenal. O período do 15.º Plano Quinquenal vai até 2030, o que coincide perfeitamente com a segunda fase do planeamento de Hengqin, porque a segunda fase do planeamento de Hengqin vai até 2029. Por isso, na área da Economia, foca-se igualmente no desenvolvimento diversificado da economia. Macau e a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau vão envidar grandes esforços para promover a optimização da “conectividade das infra-estruturas” e a respectiva gestão fronteiriça. Nos últimos anos, a integração no que respeita à “conexão de infra-estruturas” tem sido fortemente promovida. A gestão transfronteiriça, e a gestão de pessoal e até de veículos e mercadorias vão desenvolver-se rapidamente de acordo com o planeamento de Hengqin. Os projectos relativos aos vários postos fronteiriços de ligação entre Hengqin e Macau serão desenvolvidos por fases, de acordo com a sua viabilidade. Na área da Segurança, vai ser apresentado um conjunto de projectos. Na área dos Assuntos Sociais e Cultura, haverá articulação entre diversas áreas — educação, ciência e tecnologia, recursos humanos, etc., no sentido de promover, em conjunto, o desenvolvimento das indústrias de “1+4” de Macau e das “quatro novas indústrias” de Hengqin, porque a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a Zona de Cooperação são componentes importantes do 15.º Plano Quinquenal. Em resposta a este desenvolvimento, na área da Economia e Finanças, será promovido o desenvolvimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, aproveitando as vantagens da investigação científica do País, bem como a experiência daquele Parque na promoção, construção e gestão

industriais. Como não trabalho nesta área, visitei anteriormente a região do Delta do Rio Yangtzé e a região do Delta do Rio das Pérolas. Por isso, de acordo com a situação real, Macau irá articular-se com o 15.º Plano Quinquenal do País, sendo o Parque Científico e Industrial um dos seus conteúdos. No que diz respeito aos quadros qualificados de alto nível na área dos Assuntos Sociais e Cultura e à formação integrada na educação e ciência e tecnologia, será promovida a construção da Universidade de Macau, ou seja, a “Cidade (universitária) de educação internacional de Macau e Hengqin”, na esperança de concretizar uma formação superior internacionalizada. A Universidade de Macau e a Universidade de Turismo têm objectivos bastante claros, pois esperam poder aproveitar a “Cidade (universitária) de educação internacional de Macau e Hengqin” para desenvolver os trabalhos de formação de talentos da área dos Assuntos Sociais e Cultura, criando uma base de formação e concentração de talentos de alto nível. No que diz respeito à área dos Transportes e Obras Públicas, há pouco, também já foi referido que o essencial é articular-se com o 15.º Plano Quinquenal, no aspecto da “conexão das infra-estruturas” e da rede. Mais, o Aeroporto Internacional de Macau está a ser ampliado através de aterros e a área autorizada pelo Estado é de cerca de 1,3 quilómetros quadrados; e as obras do Terminal de Mercadorias em Hengqin já começaram e a sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2027. Assim sendo nessa altura, poder-se-ão articular-se com a política nacional de “liberalização na primeira linha e controlo na segunda linha” de Hengqin, elevando o estatuto do “Hub” (Porto) de transporte de mercadorias na margem oeste do Rio das Pérolas. Em relação ao 3.º Plano Quinquenal de Macau, vamos auscultar as opiniões dos diversos sectores, esperando que todos possam apresentar mais opiniões, especialmente no que diz respeito à articulação e interligação mútuas na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Loi I Weng.

Loi I Weng: Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo: Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, nos primeiros três trimestres de 2025, o número de recém-nascidos diminuiu 490 face ao mesmo período do ano passado. Com a redução estrutural da população em idade escolar, muitas escolas enfrentam a falta de alunos, a redução do número de alunos por turma, a distribuição dos recursos pedagógicos, entre outros desafios, afectando a qualidade da educação e a estabilidade da equipa docente. O Governo já tomou a iniciativa de realizar trabalhos de apoio específico, mas os problemas como a redução das turmas e a sobrevivência das escolas são cada vez mais evidentes. Segundo os dados recentes, no ano lectivo de 2024/2025, registou-se uma redução de 20 turmas no 1.º ano do ensino infantil, ou seja, uma redução superior a 10%. Entretanto, 38% das turmas do K1 têm um número médio de alunos inferior a 25, número que também se verifica em mais de 30% das turmas de todos os anos do ensino infantil. O número máximo de alunos por turma para as escolas não aderentes é de 42, e a atribuição do subsídio de escolaridade gratuita para as escolas aderentes é feita com base em 25 a 35 alunos por turma. Com o número de alunos inferior a 25, é impossível satisfazer os requisitos de atribuição do subsídio e a pressão de funcionamento das escolas aderentes continua a aumentar.

Especialmente na era da IA, aumenta a aposta na inovação pedagógica e na optimização dos equipamentos, etc., por isso, as escolas enfrentam muitas dificuldades na elevação da qualidade do ensino e na manutenção dos docentes de excelência, entrando num círculo vicioso. Senhor Chefe do Executivo, vai o Governo definir planos específicos de médio e longo prazo, incluindo proceder a uma avaliação científica, reduzir, de forma adequada, o número mínimo de alunos por turma no âmbito do subsídio de escolaridade, ajustar o montante do subsídio, aumentar o rácio turma/professor, com vista a assegurar que a educação de Macau avance, de forma estável, no caminho do desenvolvimento de alta qualidade?

Obrigada, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço à Sra. Deputada Loi pela pergunta apresentada.

Quando a Sra. Deputada Loi usou da palavra há pouco, apresentou todos os números de memória, sem consultar qualquer documento, o que demonstra que dominou perfeitamente os dados relativos à educação e ao problema da baixa taxa de natalidade, evidenciando um profundo conhecimento sobre estas matérias.

O problema do envelhecimento populacional e da taxa de natalidade cada vez mais baixa já foi levantado há vários anos e é também um problema mundial. Há cerca de duas ou três semanas, li no Jornal Son Pou um artigo escrito por Choi Chi U, no qual se mencionava que a questão da natalidade é um problema mundial e complexo, resultante de múltiplos factores, e não uma situação exclusiva de Macau. Se fizermos uma comparação longitudinal, podemos observar as diferenças entre os custos e o ambiente associados à criação dos filhos nas décadas de 70 e 80 e os actuais. Se efectuarmos uma comparação transversal, podemos comparar o ambiente e os custos de criação de filhos em Hong Kong, Shenzhen, Zhuhai e Cantão, e reflectir sobre em que nível se situa actualmente o custo de criação de filhos em Macau. O problema da baixa taxa de natalidade efectivamente existe. No que respeita ao modo de encorajar os jovens a enfrentar esta realidade e como melhorar esta questão global, é importante reconhecer que este fenómeno é mundial, sendo ainda mais grave nos países ocidentais, embora nesses países os sistemas de segurança social e os apoios à parentalidade já sejam bastante desenvolvidos. Este ano, a Região Administrativa Especial lançou um subsídio de assistência na infância, cujos destinatários, duração e método de cálculo são consistentes com os praticados no Interior da China, o que demonstra que todos enfrentamos este desafio comum. Já tive oportunidade de discutir este tema com governantes do Interior da China. No que concerne à forma como a Região Administrativa Especial pode responder a estas questões, espero que todos nos esforcemos em conjunto, promovendo positivamente uma mudança nas atitudes sociais face à natalidade e encorajando os jovens a resolverem conjuntamente este problema.

No que se refere ao problema da baixa taxa de natalidade, o Governo deve considerar diversas vertentes. Em primeiro lugar, deve realizar um estudo especializado e abrangente sobre esta questão. Actualmente, o problema do declínio anual da taxa de natalidade já se tornou evidente, pelo que é necessário investigar as causas subjacentes a esta situação. Deve

igualmente considerar-se a experiência de outros países ou regiões, já que muitos deles enfrentaram este problema antes de Macau. O Governo deve efectuar um estudo específico sobre esta matéria e otimizar a afectação de recursos. Como foi referido anteriormente, já houve uma redução de vinte turmas no K1, o que corresponde a cerca de dez por cento. Por isso, é necessário estudar como otimizar a afectação de recursos, apoiar as escolas e os docentes na sua adaptação e transformação face ao desenvolvimento social, aproveitando as suas próprias vantagens e ajustando o número de alunos por turma. Espero que, através de estudos e medidas conexas, possamos discutir conjuntamente com a sociedade, especialmente com o sector educativo e as associações, a adopção de medidas de curto e médio prazo para enfrentar esta situação. A curto prazo, a Sra. Secretária O Lam irá iniciar um estudo sobre o impacto das tendências de variação da população em idade escolar no sistema educativo de Macau e sobre as estratégias de resposta. Espero que todos os sectores da sociedade e as associações possam colaborar com o Governo e as instituições educativas para analisar o impacto das questões actuais no futuro, e que este trabalho possa ser concluído no primeiro trimestre do próximo ano, permitindo uma análise objectiva dos problemas existentes. Paralelamente, será também otimizado o subsídio para a promoção do desenvolvimento escolar. Nas escolas de educação pré-escolar, mesmo quando o número de inscrições no primeiro ano for inferior a 25 alunos, poderá ser solicitado apoio adicional. A Sra. Secretária O Lam poderá fornecer mais explicações sobre este ponto. Assim sendo, a primeira vertente centrar-se-á no estudo e na optimização dos subsídios educativos. Em segundo lugar, a médio e longo prazo, devem ser adoptadas diversas medidas para apoiar as escolas e os docentes. No que respeita às escolas, devem ser apoiadas aquelas com condições para se transformarem e assumirem funções de educação contínua. Desde a década de 80, especialmente após o retorno à Pátria, foram criados diversos centros de educação e formação contínua, oferecendo múltiplos cursos de formação. Como eu próprio já frequentei um centro de formação linguística para aprender português, é evidente que é necessário que as escolas com condições se transformem e assumam a responsabilidade da educação contínua, algo inevitável. Actualmente, já houve uma redução de 20 turmas no K1, e dentro de cinco ou seis anos, o número de turmas do primeiro ano também será correspondentemente reduzido, o que é uma situação inevitável. Por conseguinte, as escolas podem antecipar esta transformação e assumir funções de educação contínua. O Governo também tem investido nesta área, e este ano será lançada uma nova edição do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, no valor de seis mil patacas, com validade de três anos. Em segundo lugar, utilizar o mecanismo flexível do subsídio à educação gratuita para ajustar o número de alunos por turma, estabelecendo um número de alunos por turma que varia entre 25 e 35. Actualmente, o número de alunos por turma já se situa geralmente acima de 25, embora existam regras específicas relativamente ao subsídio. Em terceiro lugar, deve ser reforçada a comunicação e coordenação entre as escolas, de modo a elaborar um plano conjunto de inscrições para o primeiro ano da educação pré-escolar e proceder a uma divisão adequada das turmas. Algumas escolas podem ter um número maior de inscrições, enquanto outras podem ter menos. Será possível criar uma plataforma para facilitar a comunicação entre elas? No que se refere aos docentes, devem ser organizadas transferências entre diferentes níveis educativos, desde que cumpram os requisitos do regime jurídico privado. Um professor que originalmente leccionava no primeiro ano pode nunca ter tido contacto com o ensino do segundo ano. Poderia, através de formação pedagógica, o professor vir a leccionar em diferentes níveis de ensino? Posso partilhar alguns dados: nos últimos três anos, mais de trezentos docentes de sessenta e três escolas concluíram cursos de formação

relacionados. Em segundo lugar, espero que as entidades gestoras das escolas planeiem de forma racional a dimensão futura das suas equipas docentes. Todos os anos há docentes a reformar-se e a dimensão do corpo docente varia anualmente, podendo cada escola ter o seu próprio planeamento. Uma vez que o número de alunos no K1 já diminuiu, será que o número de professores no ensino secundário também deverá ser progressivamente reduzido? Assim sendo, as escolas devem ajustar proactivamente a dimensão do seu corpo docente. Nas escolas de menor dimensão e com inscrições insuficientes na educação pré-escolar, deverá ser estudada a proposta de uma “lista branca” de disciplinas, apoiando a abertura de novas áreas curriculares, como Inteligência Artificial ou Educação Física, e encorajando os docentes, através da formação, a assumirem funções e responsabilidades nessas áreas. A capacidade dos docentes para aceitar novos conteúdos através da formação é muito forte, especialmente porque o contexto de formação dos docentes mais jovens é diferente do nosso. A sociedade muda rapidamente, e a criação de novos cursos de formação é perfeitamente viável. O Governo irá colaborar com todos na investigação de planos de médio e longo prazo. As escolas devem tomar a iniciativa de comunicar e estabelecer contactos com outras escolas no que respeita à criação de novas disciplinas e à formação dos quadros docentes, e os professores devem também assumir proactivamente novos desafios, reforçando, através da formação, a sua capacidade de leccionar novas disciplinas, assumindo conjuntamente a responsabilidade de educar a próxima geração.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Wong Kit Cheng.

Wong Kit Cheng: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros colegas, boa tarde.

Hoje, a questão que me preocupa é também o problema da baixa taxa de natalidade. Após a tomada de posse, o Sr. Chefe do Executivo sempre se empenhou em resolver o problema da baixa taxa de natalidade e acolheu, em ambos os Relatórios das LAG, a proposta das associações de mulheres, e, primeiro, criou o subsídio de assistência na infância, o que alivia um pouco a pressão económica das famílias na criação dos seus filhos, merecendo o reconhecimento dos residentes. Segundo o novo Relatório das LAG, será alargado o acesso gratuito ao teste pré-natal não invasivo (NIFTY/NIPT) e aumentadas as vagas nas creches para crianças com menos de 2 anos, demonstrando-se a determinação do Governo em incentivar os residentes a terem filhos. Há pouco, o Sr. Chefe do Executivo também mencionou que serão lançados estudos específicos, aspecto com o qual manifesto concordância. Contudo, no que respeita à situação actual, segundo os dados dos Serviços de Estatística, nos primeiros três trimestres deste ano, nasceram apenas 2130 bebés, mantendo-se a tendência de decréscimo, e, com o envelhecimento da população, a futura estrutura demográfica ficará desequilibrada, com um impacto de diferentes níveis para um desenvolvimento socioeconómico sustentável. Segundo muitos residentes, quando decidem ter filhos ou não, dão atenção às medidas de curto prazo e, também, às políticas de longo prazo; neste momento, o Governo dispõe de algumas medidas de apoio ao nível económico, de assistência médica e cuidados, etc., mas, se conseguir reforçar o planeamento geral e

coordenar as diversas áreas governativas para resolver, em conjunto, a baixa taxa de natalidade, os resultados serão mais notórios. Sr. Chefe do Executivo, haverá condições, ou não, para se estudar a possibilidade de, através de uma entidade especializada de coordenação, criar um sistema de políticas e apoio à promoção de um desenvolvimento equilibrado a longo prazo da população, que vise definir a política demográfica, rever a Lei de Bases da Política Familiar e lançar políticas e medidas de procriação, criação e educação, com abrangência de todo o ciclo de vida, em prol da construção, com a população, de um bom lar sustentável?

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço à Sra. Deputada Wong pela pergunta apresentada.

O nascimento, criação e desenvolvimento das crianças são questões que exigem a atenção conjunta do Governo, das associações e das famílias, sendo necessário reflectir em conjunto sobre como enfrentar os desafios relacionados. O Governo da Região Administrativa Especial tem manifestado grande preocupação com os temas relativos à natalidade, criação e educação das crianças, tendo investido já muitos recursos, com as despesas em educação e segurança social a representarem uma proporção significativa das despesas obrigatórias globais. No passado, o Governo implementou diversos subsídios, incluindo o subsídio de casamento; no ano passado, aumentou ainda o subsídio de assistência na infância, o qual será mantido em 2026. Esse subsídio será concedido durante três anos, no valor anual de 18.000 patacas, perfazendo um montante total de mais de 50.000 patacas. Além disso, o valor do subsídio de nascimento também foi aumentado. As iniciativas de concessão do subsídio de assistência na infância e do subsídio de nascimento continuarão a ser implementadas no corrente ano.

No domínio do apoio à natalidade e criação de filhos, tal como a Sra. Deputada Wong referiu há pouco, o Governo irá prestar apoio nesta área, nomeadamente tornando o teste de ADN fetal não invasivo acessível a todas as mulheres em idade fértil, tratando isto de uma nova medida. Paralelamente, será criado um regime de exames médicos regulares para estudantes. No que respeita aos serviços de creche, em 2026 serão acrescentadas 150 vagas subvencionadas para creches destinadas a crianças com menos de dois anos, cujos pormenores serão posteriormente explicados pela Sra. Secretária O Lam. No tocante às creches para crianças com menos de três anos, actualmente muitas instituições já dispõem de creches, algumas com financiamento público e outras sem. As inscrições nas creches estão abertas ao público em geral, embora possam ter diferentes posicionamentos. Quanto à situação actual das vagas subvencionadas para crianças com menos de dois anos, a Sra. Secretária O Lam irá discuti-la posteriormente com todos os presentes. Uma vez que em 2026 serão acrescentadas 150 vagas subvencionadas, espero poder estudar conjuntamente qual a situação actual. Ademais, em 2026 será lançado pela primeira vez um programa interdepartamental denominado “Academia para Pais”, oferecendo cursos completos e integrados para pais. No domínio legislativo, atendendo a que a Lei de bases da política familiar já entrou em vigor há trinta anos, em 2026 será realizada uma avaliação com vista a rever como actualizar a referida lei face à evolução social. Espero que as diversas associações possam auxiliar o Governo nas questões de apoio prioritário à natalidade e à educação, apresentando boas propostas. No domínio da política educativa, tal como foi mencionado

anteriormente, será desenvolvido um estudo sobre o impacto das tendências das alterações demográficas anuais no sistema educativo de Macau. A criação de filhos é um processo longo, desde o nascimento, ensino básico, ensino secundário até à idade adulta, sendo um percurso prolongado que exige investigação e acompanhamento adequados.

Na optimização do subsídio para a promoção do desenvolvimento escolar, serão disponibilizados recursos adicionais às escolas que preencham os requisitos estabelecidos. No ano lectivo de 2025-2026, as escolas que tenham menos de 25 alunos inscritos na turma K1 poderão igualmente candidatar-se a financiamento adicional, cuja explicação será posteriormente prestada pela Sra. Secretária O Lam.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Senhor Deputado Ma Chi Seng.

Ma Chi Seng: Muito obrigado, Senhor Presidente. Exmo. Senhor Chefe do Executivo:

Neste mandato, o Governo tem promovido vigorosamente reformas na administração pública. No início do mandato, foram criados o Grupo de Liderança da Reforma da Administração Pública, chefiado pelo Chefe do Executivo, e o Grupo de Coordenação da Reforma da Administração Pública, chefiado pelo Secretário para a Administração e Justiça, tendo-se estabelecido mecanismos de coordenação intersectorial para reforçar a liderança de topo. Recentemente, o Governo da RAEM publicou sucessivamente importantes diplomas legais relativos à organização da administração pública e ao regime da função pública, tais como o “Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicos” e as “Disposições complementares do estatuto do pessoal de direcção e chefia”, os quais proporcionam uma base jurídica fundamental para a reforma da administração pública. Ao mesmo tempo, foram também anunciadas medidas de grande envergadura, como a integração da Imprensa Oficial na Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, a transferência de parte das funções do Instituto para os Assuntos Municipais para a área dos Transportes e Obras Públicas, e a reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, demonstrando a determinação do actual Governo na reforma da administração pública. De acordo com o novo “Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicos”, actualmente, a estrutura orgânica e a criação de subunidades internas de muitos serviços públicos não estão em conformidade com os critérios estabelecidos, pelo que muitos funcionários públicos estão preocupados com a eventual reestruturação dos seus próprios serviços, pairando também algumas dúvidas na sociedade.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, o Governo da RAEM vai definir o roteiro e a calendarização da reforma da administração pública e divulgar um plano completo da mesma? Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado pela pergunta apresentada pelo Senhor Deputado Ma Chi Seng.

A reforma da administração pública é um tema frequentemente discutido. Macau tem

uma área de apenas 33,3 quilómetros quadrados, uma população residente de cerca de 680 mil pessoas, e a população transfronteiriça é difícil de contabilizar estatisticamente, podendo acrescentar-se mais cerca de 100 mil. O número de funcionários públicos era inferior a 17 mil em 1999, e em 2000 ultrapassava os 17.300. Com o desenvolvimento da sociedade, o número de funcionários públicos tem vindo a aumentar continuamente. O regime de quotas estabelecido pelo anterior Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, foi uma medida ousada, nunca antes tentada nos mais de 20 anos desde a transferência de soberania, mas quando se identificam problemas, é necessário apresentá-los. Na altura, o número de funcionários públicos rondava os 35.000 a 36.000, incluindo os efectivos dos sistemas da administração pública e das entidades públicas. Todos ouvimos falar frequentemente e conhecemos bem a nossa realidade, não sendo possível estabelecer aqui uma comparação directa entre a proporção da população e dos funcionários públicos, mas é necessário enfrentar a questão com base nos factos. Esta comparação não é possível porque somos “um pequeno território com todas as funções essenciais”; não se pode considerar que, por ser uma população reduzida, determinados departamentos governamentais não necessitem de prestar serviços públicos. É preciso encarar a realidade e compreender a evolução, antes e depois da transferência de soberania, da orgânica dos serviços públicos, das mudanças funcionais e da dotação de pessoal, incluindo as alterações nos efectivos das diferentes carreiras e categorias de funcionários públicos. Os líderes do País sublinharam repetidamente que a segunda “expectativa” é envidar esforços para melhorar a eficácia governativa, não sendo esta a primeira vez que tal é afirmado. O primeiro ponto é apostar fortemente na promoção do desenvolvimento económico diversificado, e o segundo é focar-se em elevar a eficácia da governação. A eficácia da governação abrange várias vertentes: em primeiro lugar, as instituições; em segundo lugar, o sistema jurídico, cuja modernização e adequação à realidade de Macau exigem reflexão contínua. A governação inclui duas grandes partes: por um lado, a estrutura organizacional dos órgãos governamentais; por outro, a governação de acordo com a lei e a organização do sistema jurídico. O tema apresentado este ano é muito simples e claro: “Compromisso com a reforma para elevar a eficácia, concentrar esforços para superar desafios e promover a diversificação”. Trata-se da primeira e segunda das quatro exigências. Assim sendo, antes da saída do Presidente Cheong do sector da Administração Pública no mês passado, foi efectuada uma alteração ao “Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicas”, uma norma em vigor desde 1984, que este ano de 2025 completa exactamente quarenta e um anos. Pretende-se que a Administração Pública, com base na actual realidade de Macau, nas transformações sociais e na configuração estrutural, proceda a uma regulamentação nos três aspectos das funções, estrutura e afectação de pessoal. Esta decisão foi aprovada pelo Conselho Executivo, e todos os principais responsáveis, em plena convergência de entendimentos através da reunião governativa, decidiram que este trabalho deve ser efectivamente realizado. De acordo com o planeamento, o novo Secretário para a Administração e Justiça, Wong Sio Chak, já manifestou a intenção de concluir a reforma num prazo de três anos. Este ano foi elaborado um roteiro, especialmente no âmbito da Administração e Justiça, incluindo o processo evolutivo do próprio Conselho Executivo, que até então não tinha sido divulgado. O nosso objectivo é muito claro: através de um mecanismo de gestão forte e eficaz dos departamentos governamentais, planear as funções e a estrutura da Administração Pública; só com funções claramente definidas é possível estabelecer a estrutura organizacional, e só depois disso será possível determinar quantos funcionários públicos são necessários, bem como quantos técnicos superiores, técnicos e pessoal de apoio técnico deverão integrar esse quadro. A

legislação relativa à reestruturação agora apresentada pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública é complementar, sendo o “Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicos” o primeiro aspecto fundamental deste processo.

O segundo aspecto prende-se com a necessidade de rever as funções da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, conferindo-lhe uma função de coordenação. Cada departamento e instituição dispõe de um departamento de recursos humanos responsável pela gestão interna dos quadros. Assim sendo, neste domínio, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública assumirá a função de coordenação. Paralelamente, temos uma ideia em curso que consiste em aproveitar a função de avaliação de mérito e desempenho do Comissariado da Auditoria, promovendo em conjunto com a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública esta iniciativa, através de regras e padrões objectivos e amplamente aceites, de forma a realizar um planeamento global. Todo o nosso corpo governativo tem plena confiança em avançar com este plano de forma metódica e faseada. Dividiremos o processo em várias fases, sendo que a primeira fase, já concluída este ano, consistiu na simplificação da Secretaria do Conselho Executivo. Trata-se de algo bastante simples, pois a Secretaria do Conselho Executivo é, por natureza, um órgão integrado no órgão consultivo do Chefe do Executivo sobre políticas de grande relevância, que recebe apoio administrativo e financeiro da Sede do Governo, não exigindo uma estrutura muito complexa nem um número elevado de pessoal. No decurso da sua operação, os diversos domínios, por exemplo os titulares de cargos convidados pelo Conselho Executivo, também prestam assistência ao próprio Conselho Executivo. A integração da Imprensa Oficial na Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça justifica-se pela realidade actual: anteriormente era necessário imprimir livros um a um, mas actualmente esta prática já não é necessária, tendo a situação global mudado. Esta fusão é, portanto, oportuna e ajustada às circunstâncias, constituindo uma medida bastante célere e adequada. A lei relativa às competências do Instituto para os Assuntos Municipais já foi enviada a todos, e os ajustes serão efectuados através da aprovação legal. Todos conhecem a trajectória das Câmaras Municipais, uma instituição com raízes antigas, cujo processo de desenvolvimento encerra tantos episódios que nem um dia inteiro seria suficiente para os narrar. A sua estrutura é muito ampla, com um grande número de pessoal. Quanto às suas funções, muitas delas também estão relacionadas com outros departamentos governamentais, como obras públicas, saúde e quarentena, pelo que tem alguma ligação com os Serviços de Alfândega. O Instituto para os Assuntos Municipais tem destacado pessoal para os Serviços de Alfândega, tal como os Serviços de Saúde. Antigamente, o Instituto para os Assuntos Municipais era um organismo autónomo, pelo que urge reflectir sobre como o aperfeiçoar e rever, de modo a que o seu pessoal seja bem aproveitado, cada um possa servir melhor os cidadãos e desempenhar plenamente as suas funções, prestando serviços à sociedade no seu conjunto. Esta é uma tarefa desenvolvida na Assembleia Legislativa, a primeira fase. No próximo ano, como já expliquei ontem de forma bastante clara na imprensa, não precisarei de aqui repetir; basta acompanhar as notícias. Tudo deverá avançar passo a passo, de forma ordenada. Espero que todos possam colaborar estreitamente para atingir este objectivo, desejando que o processo inteiro possa concluir-se antes de 2029. Se porventura não for possível, não há problema; qualquer reforma da administração pública, como podemos observar à nossa volta, incluindo as décadas de reforma e abertura do nosso país, desde o nível central até ao local, envolve sempre um processo gradual. Logo, quanto mais somos nós próprios. Contudo, tenho

confiança em trabalhar juntamente com todos vós e espero igualmente que a sociedade apoie colectivamente este esforço comum, modernizando juntos a nossa administração pública. E esta modernização da administração pública envolve a modernização das nossas funções, da configuração estrutural e do quadro de pessoal em diferentes níveis. Esperamos poder avançar com sucesso e contar com um roteiro traçado até 2029. É tudo o que queria dizer: trata-se de um projecto árduo. Também espero que toda a sociedade, incluindo os nossos funcionários públicos, possa colaborar mutuamente. Como membro deste corpo, espero que, quando nos confrontamos ou percebemos que os nossos departamentos governamentais necessitam de reformas e de se adaptarem ao desenvolvimento social, existam oportunidades e mecanismos que permitam a cada funcionário público realizar plenamente a sua ambição de servir a sociedade. Assim sendo, que possam proactivamente apresentar sugestões ou alertas à Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública. Que cada departamento manifeste a sua própria iniciativa enquanto funcionários públicos, não mudando de forma passiva, mas propondo mudanças por si próprios. Em todos os departamentos, a começar pelos nossos responsáveis dirigentes, a começar pelos nossos funcionários públicos, todos devem ter uma atitude de, ao identificarem problemas, os comunicarem proactivamente ao Governo da Região Administrativa Especial, integrando-se na maré de reforma e promovendo a auto-superação. Através do esforço conjunto, melhorar a posição e a dignidade da administração pública e dos funcionários públicos na sociedade. Espero sinceramente que este efeito possa ser alcançado. Agradeço ao Deputado Ma pela sua pergunta.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Senhor Deputado Leong Sun Iok.

Leong Sun Iok: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Exmo. Senhor Chefe do Executivo:

Dando continuidade à apresentação que V. Exa. acaba de fazer, a minha pergunta de hoje incide principalmente sobre os direitos e interesses dos funcionários públicos e a afectação racional de pessoal. Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem promovido vigorosamente a reestruturação dos serviços públicos e a definição de critérios de dotação de pessoal. Compreendo que o Governo pretenda, através da reforma, elevar a eficiência do funcionamento do Governo e otimizar os serviços públicos. Nos últimos anos, tenho vindo a receber queixas de muitos funcionários públicos sobre o aumento do volume de trabalho, a falta de pessoal e a dificuldade em contratar, o que os obriga a trabalho extraordinário e provoca diversas pressões, que não só prejudicam a saúde física e mental e o seu desempenho, como afectam a sua vida familiar e a participação em acções de formação.

Por isso, quando recentemente circularam rumores sobre a alteração do horário de trabalho e do regime de aposentação, isso causou grande preocupação entre os funcionários públicos. Felizmente, o Governo desmentiu atempadamente os rumores, tranquilizando todos.

No relatório das Linhas de Acção Governativa para o próximo ano, refere-se que vão

ser reorganizadas as funções dos serviços públicos e a gestão centralizada de competências, bem como efectuado o aprofundamento e a optimização do controlo do número de quotas. Uma vez que ainda não sabemos qual é o projecto concreto de execução, espero que, no processo de promoção da respectiva reestruturação e da determinação da dotação de pessoal dos serviços públicos, o Governo tenha em devida conta e equilibre a carga de trabalho real dos funcionários públicos e a pressão dos recursos humanos, e aperfeiçoe os mecanismos de promoção entre carreiras, de ajustamento salarial e de incentivos, proporcionando melhores garantias para o desenvolvimento da carreira profissional dos funcionários públicos e permitindo um aumento razoável dos seus salários.

Assim, pergunto a V. Exa., Senhor Chefe do Executivo: face às diferentes pressões, dificuldades e desafios que os funcionários públicos enfrentam actualmente, que medidas e planos concretos tem o Governo para estabilizar o moral dos funcionários, melhorar a capacidade de colaboração entre chefias e subordinados, e reforçar o sentido de pertença e de felicidade dos mesmos? Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado pela pergunta apresentada pelo Senhor Deputado Leong Sun Iok.

Também prolongando a questão que acabei de referir, os nossos mais de trinta mil funcionários públicos são um elemento-chave para manter o funcionamento de toda a sociedade, constituindo igualmente um recurso extremamente valioso. Alguns já acumularam ao longo dos anos vasta experiência na gestão da administração pública, e nos últimos anos têm entrado no sistema novos colegas servidores públicos. Assim, seja para reforçar a eficácia da governação, melhorar o ambiente de negócios ou elevar a qualidade dos serviços sociais, tudo isto não pode prescindir do amplo corpo de funcionários públicos. Neste momento, queremos igualmente reconhecer e agradecer a todos os servidores públicos o seu silencioso empenho e dedicação contínua, especialmente durante o último ano. De facto, os nossos funcionários públicos trabalharam lado a lado com o Governo da Região Administrativa Especial, num novo contexto, apoiando plenamente o Governo na concretização de importantes e complexas funções governamentais, como por exemplo as eleições. Todos se empenharam intensamente, ajudando activamente o Governo a cumprir com sucesso esta tão importante tarefa política que foi a eleição da Assembleia Legislativa. No que respeita a desastres naturais, todos sabemos que os nossos servidores públicos actuaram proactivamente este ano, juntamente com diversos sectores da sociedade, associações e amplos sectores da população, enfrentando os desafios trazidos pelos desastres naturais. Em ambos os aspectos, os funcionários públicos e o Governo, na sua globalidade, apresentaram à sociedade uma prestação notável. Por isso, agradeço profundamente a todos os funcionários públicos o seu silencioso trabalho, dedicação e contribuição.

O Governo da Região Administrativa Especial sempre atribuiu grande importância às diversas solicitações dos funcionários públicos, tendo igualmente criado plataformas com o objectivo de promover uma maior interacção e contacto entre a nova equipa governativa e os funcionários públicos em diferentes níveis, de modo a compreender as suas preocupações e a saber como melhorar, conjuntamente com os mesmos, a eficácia da governação. Neste sentido, tenho não só a esperança, mas também plena confiança de que conseguiremos

alcançar esse objectivo. A nossa equipa governativa não apenas mantém um intercâmbio estreito com os diversos sectores da sociedade e com as associações, discutindo em conjunto formas de bem servir Macau, como também promove activamente a comunicação no interior do corpo de funcionários públicos. Eu próprio estou muito disposto a dialogar com os funcionários públicos, observando o empenho que cada um demonstra em relação a Macau. Tenho as minhas próprias ideias, que posso partilhar com todos, o que considero extremamente positivo. Os funcionários da direcção também estão igualmente dispostos a conhecer, individualmente, a situação de cada um. É provável que os principais responsáveis de cada área mantenham diariamente contactos com dirigentes e chefes de diferentes níveis, partilhando decisões importantes e incentivando o moral de todos.

O objectivo geral de promover a eficácia da governação da Região Administrativa Especial consiste em construir um governo prestador de serviços que assuma responsabilidades, seja proactivo, íntegro e eficiente; por isso, devemos continuar a impulsionar a reforma da administração pública. A longo prazo, através da reforma e da optimização, para além de cultivar no conjunto dos funcionários públicos o sentido de responsabilidade no exercício das suas funções públicas, também se deve elevar a sua capacidade e competência no tratamento diário das mais diversas actividades administrativas, fazendo com que sintam que todos estão a progredir em conjunto. A longo prazo, deverá ser este o sentido a considerar.

No futuro, o Governo da Região Administrativa Especial, com base no princípio da regulamentação de efectivos, promoverá a gestão minuciosa dos funcionários públicos mediante controlo individualizado e a optimização dos sistemas de gestão de pessoal, com o objectivo de construir uma equipa unida e empenhada na acção prática. Este é o objectivo que se espera alcançar.

Na revisão e simplificação das carreiras, pretende-se facilitar os fluxos de trabalho administrativo entre os diferentes níveis e sectores. A curto prazo, é certo que haverá transferências de postos de trabalho para os funcionários públicos devido a fusões, como já está a acontecer entre a Imprensa Oficial e a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça. Contudo, o objectivo dos funcionários públicos é prestar serviços públicos; mesmo em postos diferentes, podem tentar, de acordo com a afectação dos departamentos, melhorar as suas capacidades de prestação de serviços. Aliás, quando eu anteriormente exercia funções como Presidente, já houve funcionários públicos que solicitaram voluntariamente mudanças: após cinco ou dez anos de trabalho, consideravam que as suas tarefas diárias eram repetitivas e pediram activamente a transferência para outro departamento, porque pretendiam aperfeiçoar-se e aprender novas matérias. Por conseguinte, por vezes, os ajustes funcionais e estruturais, desde que não tenham como objectivo a redução de pessoal, tal como no caso presente da reforma da administração pública, não envolvem qualquer redução de efectivos, despedimento, diminuição de salários ou rebaixamento de cargos. O Secretário para a Administração e Justiça já afirmou claramente que não existe qualquer intenção nesse sentido.

Todos devem ter em atenção que, em cada reforma, por vezes antes da reforma, por vezes durante o seu processo de implementação, surgem muitos rumores por diferentes

canais, de diferentes formas, e até se desconhece quem os propaga na sociedade, alguns dos quais são completamente infundados.

Seja a actual reforma da Administração Pública, seja o ajuste de certos benefícios na aposentação, já manifestei que isto é desnecessário. Assim sendo, os amplos quadros de funcionários públicos podem ficar descansados, cumprindo bem as suas funções e, de acordo com as disposições do Governo, prestando em conjunto um serviço público de que possamos orgulhar-nos e que seja amplamente respeitado. Isto é extremamente importante, pois também está directamente relacionado com a atitude diária e o estado de espírito no trabalho. Desde que mantenhamos esta mentalidade e trabalhemos em conjunto com o Governo da Região Administrativa Especial, teremos certamente confiança para cumprir as tarefas que nos forem atribuídas. Caso surjam ideias diferentes, podem igualmente comunicá-las aos superiores directos. Desde que haja boa vontade, certamente haverá capacidade para desempenhar bem e fazer face a todas as exigências. Caso sejam redistribuídos para um novo cargo, trata-se apenas de necessitar de algum tempo para se adaptarem, e os respectivos superiores irão orientá-los. Se os superiores não os fizerem ou adoptarem uma atitude de abandono, também podem manifestar a sua opinião, pois tal poderia afectar parte da prestação de serviços.

Assim sendo, o Governo da RAEM, em particular a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, bem como os principais responsáveis de diversas áreas, irão, durante o processo de promoção das reformas, prestar maior atenção e apoio aos nossos funcionários públicos de todos os níveis, incentivando todos a esforçarem-se, a mudarem e a adaptarem-se às transformações sociais, elevando a capacidade global de prestação de serviços e enfrentando com determinação os desafios.

Presidente: Muito obrigada, Senhor Chefe do Executivo.

Tem a palavra a Senhora Deputada Lei Cheng I.

Lei Cheng I: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Chefe do Executivo, com o esforço conjunto do Governo e da sociedade, nos primeiros três trimestres deste ano, o PIB e as receitas brutas acumuladas do jogo aumentaram, enquanto o número de visitantes foi de 29,67 milhões, com um aumento anual de 14,5 por cento. Tudo isto está em rumo ao objectivo “reforço da economia e luta pelo desenvolvimento”.

Mas, a economia de Macau ainda está desequilibrada. Devido às limitações de trânsito e de espaço nos bairros antigos e comunitários, à redução do número de visitantes e à mudança do modelo de consumo, as PME deparam-se com dificuldades de desenvolvimento e enfrentam grandes pressões na exploração dos negócios. Alguns residentes, sobretudo os de meia-idade, os jovens e os grupos vulneráveis, continuam a deparar-se com problemas de desemprego ou de instabilidade no emprego, e o salário de muitos trabalhadores não sofreu aumentos. Segundo um estudo realizado por uma instituição do ensino superior, o índice geral de confiança dos consumidores caiu no terceiro trimestre deste ano, e a sociedade espera

mais medidas de incentivo ao consumo e de apoio à vida no próximo ano, para aumentar a capacidade e confiança dos residentes. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento económico deve impulsionar o aumento das oportunidades de emprego e de promoção dos residentes locais. Nas LAG para o próximo ano, o Governo respondeu às preocupações do sector laboral, afirmando que ia proceder a uma revisão global para aperfeiçoar o regime de apreciação dos pedidos de importação de TNR, promover a contratação prioritária de trabalhadores locais nas obras públicas, nos serviços adjudicados e nas instituições financeiras e de ensino superior. A sociedade espera ainda que seja reforçada a contratação e formação dos locais para os cargos adequados como o administrativo, e até os de gestão de nível médio e superior das grandes empresas. O mais importante é a sua concretização e eficácia.

Senhor Chefe do Executivo, quanto ao aumento da confiança dos consumidores para alívio das dificuldades da população e à prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego, qual é o conteúdo concreto dessas políticas e medidas e quais os pormenores da sua implementação, para os residentes partilharem, efectivamente, dos frutos do desenvolvimento económico? Muito obrigada.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado à Deputada Lei pela sua pergunta, que aborda igualmente questões relacionadas com o emprego e o reforço da confiança no consumo.

Relativamente ao emprego, se todos prestarem atenção, após a divulgação das Linhas de Acção Governativa em Abril, o Governo da Região Administrativa Especial criou imediatamente um Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego que lidera com o assunto e para dar resposta ao contexto daquela altura. Anteriormente, é provável que tinha existido algumas instituições que promoviam o emprego dos residentes locais, embora eu não tenha pleno conhecimento sobre isso, o certo é que o presente Governo criou o referido Grupo de Trabalho com o objectivo de efectuar a coordenação entre diferentes serviços públicos, implementar as diversas decisões do Governo através deste grupo e realizar uma coordenação interdepartamental. Trata-se do grupo de coordenação para o emprego criado em Maio, logo após a apresentação das Linhas de Acção Governativa, com vista a resolver os problemas de emprego através de diversos meios.

Contudo, para o emprego existe um “pressuposto” que é o Governo deve aplicar todos os esforços à protecção do bem-estar social e do emprego, especialmente do emprego dos jovens. Outro “pressuposto” reside nos jovens que desejam trabalhar, que estão à espera de emprego ou que vão em breve concluir os seus estudos e ingressar no mercado de trabalho, bem como as pessoas que, temporariamente, enfrentam a necessidade de recolocação devido aos ajustamentos de funções ou postos de trabalho. São estes dois pressupostos que se verifiquem.

O primeiro é a vontade de trabalhar. Se alguém não tiver verdadeiramente vontade de trabalhar, independentemente do apoio oferecido pelo Governo, não irá aceitar qualquer oportunidade. Em todo o mundo, sempre haverá algumas pessoas, inclusive com capacidade laboral, que não tem vontade de trabalhar. Na sociedade actual, esta situação poderá ocorrer

com maior frequência noutros países ou regiões, onde algumas pessoas recusam-se sistematicamente a trabalhar. Por isso, o nosso foco deve estar nas pessoas que têm vontade de trabalhar. O segundo aspecto é a capacidade para o trabalho. Mesmo que alguém tenha vontade, pode não ter capacidade. Neste caso, devemos dar resposta de forma adequada e resolver os problemas de emprego. O Governo da RAEM, quer seja por força das disposições legais, como a Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais e a Lei da contratação de trabalhadores não residentes, têm mantido ao longo do tempo o princípio de prioridade de contratação dos trabalhadores locais complementada com a contratação de trabalhadores não residentes. Assim sendo, o referido Grupo de Trabalho vai focar precisamente neste aspecto, apoiando as pessoas dispostas a trabalhar, e mesmo que a sua capacidade seja insuficiente, isso não constitui um obstáculo, pois podemos disponibilizar formação.

O referido Grupo de Trabalho actuado com grande diligência, realizado numerosas reuniões, efectuado coordenação em diversos sectores de actuação do Governo, adoptado uma série de medidas, incluindo feiras de emprego de grande escala, emparelhamento tendo em conta as competências específicas das pessoas, entre outras. Em poucos meses, já foram resolvidos muitos problemas de emprego, tendo-se conseguido concretizar o emparelhamento que envolveu cerca de quatro a cinco mil jovens. Posteriormente, o Secretário Tai poderá fornecer mais detalhes a todos os senhores Deputados.

Mais, tal como referido há pouco pela Deputada Lei, o referido Grupo de Trabalho estabeleceu claramente que, nas contratações públicas, aquisição de serviços e empreitadas públicas, o Governo deve dar prioridade à contratação de trabalhadores locais. Actualmente, todos os sectores já dominam bem esta política e a têm implementado com sucesso, incluindo a concretização dessa exigência correspondente nos processos de adjudicação. Contudo, devemos ser realistas: há postos de trabalho que os residentes locais não conseguem preencher, e em certas áreas simplesmente não é possível. Macau também precisa de desenvolvimento e não podemos paralisar o progresso por medo de dificuldades. No entanto, existe um princípio fundamental: sempre que haja residentes locais dispostos e capazes para assumir um posto de trabalho com vaga disponível, esses residentes devem ter prioridade. Em qualquer sociedade, se este problema não for resolvido, como poderá haver tranquilidade e estabilidade social? Se não for possível alcançar a estabilidade e o bem-estar, a própria estabilidade social vai ficar com problemas.

Esperamos, portanto, que a sociedade alcance um consenso. Qualquer economia necessariamente considera não apenas o custo dos recursos humanos, mas também o pleno emprego da força laboral local. Se não me engano, uma taxa de desemprego inferior a 3,2% já é considerada pleno emprego, e sempre há uma parte da população que não deseja trabalhar. A nossa política mantém-se inalterada e continuaremos a promover com firmeza as medidas de protecção do emprego dos residentes locais.

Quanto às actividades já implementadas e o método para avançar nos próximos passos, nas Linhas de Acção Governativa há explanação sobre esta matéria. Penso que não é necessário enumerar novamente todos os trabalhos realizados; o Secretário Tai poderá apresentar mais detalhes posteriormente. Contudo, a política é muito clara, podemos, através

da recolocação das pessoas nos postos de trabalho, das aquisições públicas e serviços administrativos, bem como mediante a colaboração com determinados sectores, incluindo instituições de ensino superior, instituições financeiras e outras grandes empresas, libertar postos de trabalho incluindo postos civis para recém-licenciados ou jovens. Claro que se alguém não quiser trabalhar e não se conseguir encontrar alguém que assuma o trabalho, então realmente só nos restamos lamentar, mas quem não quiser trabalhar, tudo fica impossibilitado. Contudo, devemos também proporcionar incentivos, adaptados às mudanças do mercado, para que as pessoas queiram trabalhar. Em segundo lugar, quando o nível académico ou a qualificação original não corresponde à realidade social do emprego, devem as pessoas ficarem dispostos a receber formação complementar. Ou então, incentivar as instituições a contratá-las em primeiro lugar, para posteriormente, através da formação, convertem essas pessoas...essa relação laboral numa ligação mais estável. São medidas que podemos promover e que todos podem considerar. A orientação geral é esta: prioridade aos residentes locais, incentivando e apoiando especialmente os jovens a procurar emprego, a sentir a diversidade da sociedade, permitindo que cada jovem possa ter oportunidades para mostrar os seus conhecimentos e capacidades. Esperamos que todos possamos trabalhar em conjunto para criar esse ambiente.

Concretamente, neste momento, nos grandes empreendimentos de turismo e lazer, a taxa de localização dos quadros de categoria média e superior já atinge quase 90%, correspondendo a 89,7%, o que cumpre o objectivo inicialmente definido de 85%. Quanto ao futuro, o método de incentivar ou mesmo exigir que grandes empresas e instituições, para além das seis concessionárias de jogos, outras grandes empresas de grande dimensão, criem mais plataformas para jovens e trabalhadores locais, proporcionando-lhes oportunidades de progressão... esperamos que todos possam reflectir conjuntamente e procurar soluções. Concretamente, o Secretário Tai poderá trocar ideias mais aprofundadas consigo posteriormente.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Senhor Deputado Leong Hong Sai.

Leong Hong Sai: Senhor Presidente, Senhores Dirigentes do Governo, caros colegas, boa tarde.

A minha pergunta diz respeito à renovação urbana. Com o aumento gradual da dimensão do desenvolvimento urbano e do número de edifícios antigos, existem actualmente em Macau cerca de 5 mil edifícios com mais de 30 anos. O reordenamento dos bairros antigos tem sido, ao longo dos anos, uma das maiores ambições do Governo, no entanto, devido à desactualização das leis e aos obstáculos na coordenação entre o Governo e os proprietários, entre outros factores, tem sido, ao longo dos anos, uma das prioridades e dificuldades da acção governativa.

Estou satisfeito com a conclusão, neste ano, dos projectos de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca, o que reflecte a determinação do Governo da RAEM em promover a renovação urbana. Uma vez que a maioria dos proprietários de prédios antigos

de Macau são idosos, espera-se que as autoridades dêem prioridade a estes grupos de pessoas, providenciando “habitação para alojamento temporário”, “habitação para troca” e “residência para idosos” por arrendamento ou troca a preço razoável. Tudo isto demonstra o espírito de solidariedade do Governo para com os grupos em situação vulnerável e contribui para acelerar o processo da renovação urbana. Sugere-se ainda que o Governo faça um bom aproveitamento dos terrenos e aumente o número de instalações de serviços sociais, para facilitar a integração dos residentes na vida comunitária. No futuro, com a construção de uma Zona Internacional de Turismo e Cultura, o desenvolvimento de um círculo de cultura e turismo costeiro entre um rio, duas margens é uma tendência inevitável de desenvolvimento. Por isso, os edifícios e as construções devem acompanhar a evolução dos tempos, rumo ao princípio do desenvolvimento seguro e habitável. Como é que o Governo vai concretizar, quanto antes, o plano de renovação urbana a nível regional, no âmbito da construção das duas margens de um rio? Obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço muito a questão que o Deputado Leong colocou.

A Cintura de Cooperação de Um Rio, Duas Margens é uma matéria integrada no planeamento geral urbano para o período de 2020 a 2040. Objectivo principal é reforçar o desenvolvimento regional em conjunto com a cidade de Zhuhai, propondo o conceito de “Um Rio, Duas Margens” no âmbito da articulação e integração regional, com vista a criar uma zona de fácil de acesso, com características paisagísticas e com aglomeração económica. Para apoiar a construção desta cintura e cooperação “um rio, duas margens”, será desenvolvida uma faixa costeira turística e histórica, que vai incluir a zona do porto interior e a zona ao redor da Praia do Manduco. Esta área corresponde principalmente às zonas Centro-2 e Centro-3, onde se pretende desenvolver ruas comerciais e parques costeiros, reforçando assim o potencial de desenvolvimento da Praia do Manduco. O Governo da RAEM está a proceder de forma ordenada à elaboração do plano para as zonas Centro-2 e Centro-3, avançando também no sentido de melhorar a paisagem urbana, o ambiente comunitário e a qualidade habitacional. Neste contexto, o Secretário Tam Vai Man vai analisar, no âmbito da iniciativa da cintura “um rio, duas margens”, a questão da requalificação global da zona ao redor da Praia de Manduco, uma vez que conta com muitas solicitações. Será oportuno estudar conjuntamente como lidar com esta questão no âmbito do projecto “um rio, duas margens”. O desenvolvimento desta zona exige uma reflexão aprofundada, de modo a que, para além da prevenção de desastres, se consiga promover o seu desenvolvimento e a articulação entre ambas as margens. Como já tive oportunidade de visitar os restaurantes nos pisos superiores do Mercado do Patane, por volta das 16h ou 17h, a vista para o outro lado do rio é extremamente bela, com a pôr do sol em Wanzai. Se toda a zona da praia de Manduco pode ser requalificada em conjunto com Wanzai, vale a pena estudar como avançar na próxima fase o projecto “um rio, duas margens”.

Quanto à Renovação S.A., a ideia de renovação urbana já existe há cerca de vinte anos, tendo o nome sofrido várias alterações ao longo do tempo. Actualmente, a Lei de Renovação Urbana já foi aprovada e foi criada uma sociedade comercial, sobre a qual já troquei opiniões com o Presidente Lam Kam Seng por duas ou três vezes. Dantes, a Renovação Urbana S.A. não tinha sido objecto de qualquer fiscalização, funcionando como uma empresa, com a sua

própria Direcção nomeada pelo Chefe do Executivo, mas não estava definido a que unidade do Governo assumia a sua supervisão dessa sociedade comercial. Agora, através da reunião sobre assuntos governamentais, foi definido que a fiscalização da referida sociedade comercial, vai caber ao Senhor Secretário Tam, dado que esta se insere claramente no âmbito das obras públicas. Na próxima fase, será também estudado de forma clara a renda e o modo de atribuição das habitações temporárias, bem como o âmbito de utilização destas habitações, a definição do posicionamento da renovação urbana e o seu plano de desenvolvimento. A referida sociedade já construiu um grande número de edifícios no lote P, e o projecto Novo Bairro de Macau também pertence à Renovação Urbana S.A.. Contudo, como esta empresa funciona segundo o modelo de sociedade anónima, então como está a sua situação de despesa financeira? A orientação inicial da renovação urbana foi definida conforme as circunstâncias da altura, mas actualmente surgem novas realidades, especialmente no que diz respeito à “integração transfronteiriça”. Como devemos lidar com esta nova realidade? O Secretário Tam irá, na próxima fase, proceder ao estudo sobre a Renovação S.A. e a legislação aplicável, com o objectivo de analisar como aproveitar as potenciais capacidades e as funções, de modo a alcançar os objectivos da renovação urbana.

Presidente: Obrigada, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Leong Pou U.

Leong Pou U: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, o País apresentou, recentemente, propostas sobre os principais objectivos do desenvolvimento económico e social durante o 15.º plano quinquenal: novos progressos do emprego qualitativo e pleno, sincronização entre o aumento do rendimento dos residentes e o crescimento económico, e entre o aumento da remuneração de trabalho e o aumento da produtividade, optimização da estrutura da distribuição, optimização e sustentabilidade da segurança social.

Este é o último ano do 2.º plano quinquenal de Macau, e os objectivos nacionais podem servir de referência para o nosso 3.º plano quinquenal. Com a promoção e esforço da FAOM, das associações laborais e dos Deputados da área laboral, em 2020 a revisão da Lei das relações de trabalho introduziu a licença de paternidade remunerada e as compensações por sobreposição, e aumentou a licença de maternidade para 70 dias. No seu primeiro Relatório das LAG, o actual Governo propôs iniciar estudos sobre o aumento das férias e da licença de maternidade. Ontem estamos contentes por saber que esse relatório inclui a alteração da Lei das relações de trabalho no plano legislativo, e o sector da área laboral aplaude esta iniciativa. No entanto, em comparação com o nível do País, das regiões vizinhas e das convenções internacionais de trabalho, os padrões laborais e a legislação precisam de ser melhorados.

Sr. Chefe do Executivo:

Além de aumentar o número das férias e da licença de maternidade, que medidas e objectivos é que o 3.º plano quinquenal vai contemplar para actualizar os padrões laborais, aumentar o número dos feriados obrigatórios, colmatar as situações de salário em dívida,

melhorar a legislação de combate ao trabalho ilegal, e proteger o direito ao emprego dos residentes?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço muito a questão que o Sr. Deputado Leong colocou.

No domínio do trabalho, iremos proceder a estudos no âmbito do 3.º plano quinquenal e efectuá-lo, passo a passo. Nas Linhas de Acção Governativa para o corrente ano, não é necessário esperar pelo 3.º plano quinquenal, iremos desenvolvê-lo passo a passo. No domínio do trabalho, de facto, são as relações de trabalho, os trabalhos nesta área vão estar constantemente renovado e desenvolvido, por isso, é necessário actuar em conformidade com a situação social.

De acordo com os vários aspectos que o Sr. Deputado acabou de referir, também vamos lançar alguns trabalhos.

Em primeiro lugar, iremos proceder à revisão da Lei das Relações de Trabalho, estudando as questões que acabou de colocar. Dispomos de um mecanismo de consulta do Conselho Permanente de Concertação Social, composto principalmente pelas partes laboral e patronal, e de acordo com o planeamento e o ajustamento das relações laborais definidos pelo Governo no âmbito do 3.º plano quinquenal, com vista a desenvolver a função de concertação social. Após a coordenação, claro que o Governo também vai, de acordo com a situação da sociedade, tomar uma decisão para iniciar os respectivos trabalhos. Para qualquer política, é necessário iniciar-se os respectivos trabalhos depois da conclusão da consulta pública. A revisão da Lei das Relações de Trabalho foi incluída nas LAG do próximo ano, o que merece um tratamento.

Quanto à garantia dos direitos e interesses dos residentes no acesso ao emprego, o subsídio de licença de maternidade foi implementado há vários anos e a licença de maternidade aumentou de 56 para 70 dias, prevendo-se, inicialmente, o seu termo no corrente ano, mas, posteriormente, o seu prolongamento por mais um ano. O Governo suportará mais de dez dias de despesas. Aquando do nosso debate, também ponderámos na questão de se tornar, ou não, um mecanismo permanente, mas quanto à questão de como se tornar permanente, quanto tempo é que se eleva, e qual é o significado de não renovar anualmente, etc.. É necessário ponderar sobre a criação de um mecanismo permanente. Em segundo lugar, quanto ao regime de segurança social, incluindo os benefícios e as garantias para os trabalhadores, se olharmos à nossa volta, quer no Interior da China, quer nos trabalhadores da função pública, é o empregador que responde perante o trabalhador. No Interior da China, existem “cinco seguros e um fundo”, “três seguros e um fundo”..., que são cerca de 24%, e tanto os empregadores como os trabalhadores têm de pagar. No entanto, o subsídio de maternidade é pago pelo Governo, tendo sido pagos vários anos e continuará no próximo ano.

Há pouco, falou-se sobre o número de dias de férias, e alguns académicos já referiram

claramente quais são os níveis que necessitamos de prestar atenção. Basta usar o DeepSeek e AI para saber com facilidade quantos dias de licença de maternidade e feriados obrigatórios existem noutros países, tal como no Interior da China e em Hong Kong, e só depois se pode verificar a nossa situação. Por isso, no que diz respeito à garantia dos direitos e interesses da licença de maternidade, já prorrogámos o prazo, mas todos nós podemos proceder a um estudo mais profundo, e qual é o número de dias que o mecanismo permanente deve atingir? Não deverá ser o Governo a subsidiá-lo? O próximo passo a dar é estudar o assunto, porque, no próximo ano, iremos continuar a estudar o assunto.

A proposta de lei sobre o salário mínimo para os trabalhadores está a ser discutida na Assembleia Legislativa. A lei vai ser revista de dois em dois anos, e como a sua aplicação não vai demorar muito tempo, só este ano é que vai ser revista pela segunda vez, por isso, também é uma matéria nova. Vamos fazer uma revisão de dois em dois anos, cerca de 18 mil pessoas vão ser beneficiadas com este regime, e as áreas envolvidas não são globais, porque muitos ramos de actividade vão ultrapassar o salário que recebem, por isso, todos nós devemos ver quantos trabalhadores locais irão ser beneficiados e qual será o âmbito da sua influência? A questão do salário mínimo está neste momento a ser discutida na Assembleia Legislativa e, em 2027, iremos proceder à próxima revisão, tendo em conta as circunstâncias.

No que diz respeito à garantia laboral, ainda existe um regime de garantia de créditos laborais. Neste momento, este regime está a funcionar normalmente, mas de acordo com as informações que recebi, a maioria do montante adiantado pelo Governo ainda não foi recuperada. Às vezes, olhando para os jornais, podemos verificar que o Governo tem vindo a assumir cada vez mais responsabilidades, porque pode requerer junto do Fundo de Garantia de Créditos, a garantia dos salários em dívida por parte do Governo, sobretudo quando se suscitar um grande incidente laboral, em que o montante a pagar é muito elevado.

O Governo envidou todos os esforços no combate à mão-de-obra ilegal. Neste momento, a PSP também participa nas acções de inspecção e na execução da lei, porque, no passado, era apenas a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) que se responsabilizava. Com a adesão da PSP, as patrulhas tornam-se mais frequentes e com melhores resultados. Entre Janeiro e Setembro do corrente ano, foram fiscalizados mais de 2.900 locais, nos quais foram encontrados 517 trabalhadores ilegais e o resultado foi satisfatório.

Na próxima fase, e de acordo com a questão dos vários feriados que referiu, o Governo vai reunir-se, passo a passo, com vista a ponderar o desenvolvimento económico de Macau até ao presente momento, qual é o nível global da política de benefícios laborais? Será que conseguem alcançar um equilíbrio com o desenvolvimento económico de Macau?

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Intervalo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar com a reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ho King Lun.

Ho Kevin King Lun: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

A Lei dos fundos de investimento (Lei n.º 11/2025) é uma reforma relevante para substituir uma lei de 1999, com o objectivo de introduzir um ambiente jurídico mais claro e protegido, para promover o desenvolvimento da indústria financeira moderna. Esta lei entra formalmente em vigor em 1 de Janeiro de 2026, tendo como objectivo nuclear transformar Macau num centro atractivo de fundos de investimento, através de ligação com o mundo internacional, protecção reforçada aos investidores, eliminação de dificuldades na criação, atracção dos investidores do exterior e criação de um mercado estável de fundos.

Senhor Chefe do Executivo, quanto à Lei dos fundos de investimento, que vai entrar brevemente em vigor, além do regime de redomiciliação referido na lei, tem o Governo qualquer plano inicial em relação à permissão aos fundos do exterior de redomiciliação das suas actividades principais para Macau, a fim de atrair a entrada de capitais e experiência de gestão do exterior para o mercado local? E as entidades de fundos introduzidas vão conseguir formar uma concorrência em complementaridade e uma cooperação conjunta com vários fundos de orientação que o Governo pretende criar, com vista ao aproveitamento máximo dos recursos?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço a questão que o Sr. Deputado Ho colocou.

No corrente ano, temos duas leis; uma é a “Lei dos fundos de investimento” e a outra é a alteração à “Lei da actividade de aviação civil”, o que exerce uma influência muito profunda sobre o futuro desenvolvimento de Macau. Antes do ano de 1999, ou seja, antes do regresso à pátria, existia uma lei sobre as actividades financeiras “offshore”, que foi posteriormente revogada. Esta lei foi elaborada em poucos anos, antes do retorno de Macau à Pátria, pelo Governo português de Macau. A lei dos fundos de investimento, que vai entrar em vigor no dia 1 de Janeiro do próximo ano, visa estabelecer um regime claro para a constituição, exploração e fiscalização das empresas privadas, tendo em conta a realidade de Macau, com vista a articular-se com os padrões internacionais.

O Governo já tem um planeamento na área do Sr. Secretário Tai, esperando que possa planear e promover na sua globalidade, incluindo nos países de língua portuguesa e de língua espanhola e no Interior da China, de modo a garantir a participação activa do sector e o seu desenvolvimento no exterior. Ao mesmo tempo, o Governo irá apoiar o sector na sua divulgação no exterior. O primeiro plano consiste na promoção e divulgação no exterior do sector; o segundo consiste na implementação de benefícios fiscais direccionados para atrair,

com precisão, a instalação de fundos de qualidade. Respeitante a este aspecto, o Sr. Secretário Tai já fez um planeamento. Dentro do orçamento, já implementámos medidas fiscais para a instalação do fundo; a terceira medida é simplificar os procedimentos de licenciamento para os gestores de fundos privados na área da cooperação da Ilha de Hengqin, com vista a incentivá-los a desenvolverem-se e estabelecerem-se em Macau o mais rápido possível.

Por exemplo, a Ilha de Hengqin dispõe de um grande fundo denominado por “E Fund Management”, com o objectivo de, através da simplificação dos arranjos transfronteiriços, atrair o mesmo a utilizar a plataforma de Macau no exterior para criarem uma empresa de fundos.

Há pouco, mencionou-se que os fundos industriais do Governo, os fundos privados e os fundos industriais têm rumos diferentes, e quanto aos objectivos, aos destinatários dos investimentos e ao modelo de gestão, também são diferentes. O Fundo Industrial destina-se principalmente à diversificação adequada da economia, com o objectivo de promover os projectos e investimentos da diversificação adequada da economia de Macau. Os fundos privados são diferentes. Quanto aos fundos do Governo, já visitei vários locais, incluindo os grandes fundos industriais do nosso país, que não têm como objectivo o lucro puro, mas sim incentivar e promover a diversificação industrial. Naturalmente que este aspecto também tem de ser levado a cabo passo a passo.

O posicionamento dos fundos privados é diferente. No entanto, se possuírmos alguns bons projectos, e se os fundos privados quiserem realizar uma parte dos investimentos, também são bem-vindos e todos podem avançar em conjunto.

De facto, também estamos a estudar um rumo para o fundo das indústrias, porque, neste momento, estamos a proceder à regulamentação e estamos a elaborar, em conjunto com o Parque Científico e Industrial de Investigação e Desenvolvimento, um conjunto de regimes complementares, no sentido de ver como é que se vai proceder à respectiva articulação.

Quanto ao capital social, esperamos que o Estado possa apoiar, ou então, tomamos a iniciativa de importar as empresas de alta qualidade do Interior da China ou as empresas tecnológicas de ponta para Macau. Estas empresas próprias também têm de investir e o Fundo das Indústrias pode incentivá-las. Se houver interesse na participação de fundos privados, é bem-vinda a colaboração de todos. O investimento nestes projectos pode ser ponderado no futuro. Creio que, neste aspecto, o Sr. Deputado conhece melhor do que eu.

De um modo geral, os fundos industriais, enquanto instrumentos para a promoção da diversificação industrial, não entram em conflito com os fundos privados de investimento, pelo que todos podem desenvolver-se em conjunto em Macau e colaborar em projectos. Creio que não há problema nenhum.

Actualmente, o Governo concentra-se principalmente na promoção e nas políticas de benefícios fiscais, promovendo a implementação e execução da “Lei dos fundos de investimento”.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Lon Wai.

Lam Lon Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo: O emprego tem sido de extrema preocupação para a sociedade. Na última sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo, o Governo afirmou, na resposta às perguntas levantadas pelos Deputados da Federação das Associações dos Operários de Macau, que ia implementar a política de recrutamento prioritário de residentes para contratos de adjudicação de obras públicas. Este ano, o Governo também refere, de entre as principais acções governativas, que vai “proceder à revisão completa e ao aperfeiçoamento do mecanismo de apreciação e autorização de contratação dos trabalhadores não residentes, a fim de exercer, de melhor forma, um controlo e ajustamento dinâmicos do número de trabalhadores não residentes”, em prol do reforço dos direitos laborais. No Relatório das LAG para este ano, refere-se a garantia dos direitos e interesses dos residentes no acesso ao emprego, e o reforço dos trabalhos de empregabilidade e formação. O “Plano Específico de Emprego + Formação” será ampliado para áreas como finanças, construção civil e actividades de interesse público, para prestar apoio aos residentes na ascensão profissional.

Porém, a actual “Plataforma Integrada de Formação Profissional”, implementada pelo Governo, ainda se encontra numa fase inicial, com o sistema de formação a deparar-se com questões como recursos fragmentados, cursos sobrepostos e desarticulação com as exigências dos diversos sectores.

Sr. Chefe do Executivo, como é que o Governo vai consolidar ainda mais os recursos de formação, como, aperfeiçoar as instalações de formação, a equipa docente, os sistemas de dados e as políticas de financiamento e incentivos, para definir uma direcção mais clara para a formação profissional e criar um mecanismo eficaz e de longo prazo que corresponda às necessidades do mercado de trabalho, garantindo assim a articulação bem-sucedida da certificação profissional e permitindo que a formação profissional se torne um caminho eficaz para os residentes melhorarem as suas competências e progredirem nas suas carreiras?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço ao Sr. Deputado Lam pela pergunta apresentada.

Mencionei há pouco que, através da requalificação promovida pelo Governo e por associações, o reforço das capacidades profissionais dos jovens, dos desempregados ou de quem pretenda mudar de profissão constitui uma direcção de esforços conjuntos para todos. Nos diversos sectores da sociedade, a força laboral apresenta mobilidade em função do desenvolvimento dos sectores e das empresas. Por conseguinte, no domínio da formação profissional, é necessário considerar de forma integrada a formação em exercício, a formação para mudança de carreira, a formação vocacional e a formação pós-emprego, para se articular

com o desenvolvimento dos diversos sectores.

A plataforma coordenada pelo Sr. Secretário Tai será desenvolvida de forma contínua, devendo ser progressivamente integrada com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau, a Universidade de Turismo, etc., com o objectivo de construir uma plataforma abrangente. O Sr. Secretário Tai está neste momento a elaborar o respectivo plano, que se centrará especificamente na formação ligada às indústrias “1+4”: nomeadamente, cuidados gerais de saúde, turismo integrado, tecnologia e finanças modernas. No sector tecnológico, também é necessária formação adequada, pois nem todos são de alto nível; existem diferentes níveis de talentos da área da tecnologia. O mesmo acontece no sistema de saúde e no sector dos cuidados gerais de saúde, onde há médicos, pessoal da perícia, pessoal responsável pela inspecção sanitária, entre outros profissionais de diferentes níveis que necessitam de formação específica.

Devemos incentivar a formação vocacional e reflectir sobre como a podemos melhorar. Esta formação pode dividir-se em dois tipos: um é a formação ministrada por instituições especializadas antes do estabelecimento formal da relação laboral. Neste caso, encorajamos as instituições a contratar primeiro os formandos e, após a conclusão bem-sucedida da formação, a integrá-los como trabalhadores permanentes. Trata-se de um modelo de formação integrada. Se considerarmos esta abordagem, poderemos articulá-la com a política de Macau, que tem como base a população local, complementada pela contratação de trabalhadores não residentes, planeando e desenvolvendo em conjunto.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Kam Fai.

Kou Kam Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo: O Governo afirmou, recentemente, que o regime de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores dos serviços públicos de Macau está a enfrentar sérios desafios financeiros. A partir de 2015, o regime de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores dos serviços públicos passou a ter um rendimento de contribuições inferior ao das respectivas prestações. Em 2023, o problema agravou-se e as despesas com o regime de aposentação e sobrevivência cifraram-se em 3,01 mil milhões de patacas, mais 190 milhões, em termos anuais, enquanto as receitas das contribuições diminuíram de 40 milhões de patacas para 1,34 mil milhões de patacas, em termos anuais, continuando a alargar-se a diferença entre as receitas e as despesas.

No futuro, com o aumento gradual do número de aposentados, prevê-se que seja inevitável o aumento das pensões de aposentação e das respectivas despesas e, ao mesmo tempo, as receitas provenientes das contribuições para a pensão de aposentação vão diminuir gradualmente, e a diferença entre as receitas e as despesas continua a aumentar, constituindo um encargo insustentável para as finanças públicas. Embora o património líquido do Fundo de Pensões tenha recuperado devido aos rendimentos do investimento e às contribuições do jogo, no futuro, a volatilidade macroeconómica e do mercado de investimento é difícil de

prever, o que não pode inverter fundamentalmente a tendência a longo prazo de as receitas não cobrirem as despesas. Assim, a dependência de receitas não correntes para suprir as lacunas não é uma solução sustentável, havendo riscos de sustentabilidade no regime de aposentação e sobrevivência para os trabalhadores dos serviços públicos.

Senhor Chefe do Executivo, de que estratégias dispõe o Governo para assegurar a estabilidade e o desenvolvimento sustentável do regime de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores dos serviços públicos?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço ao Sr. Deputado Kou pela pergunta apresentada.

Como todos sabem, desde a entrada em vigor da legislação em 2006 e a sua implementação a partir de 2007, o regime de protecção na reforma para os funcionários públicos foi dividido em dois sistemas. Todos os funcionários públicos admitidos a partir de 1 de Janeiro de 2007, independentemente da forma de ingresso, com excepção dos magistrados, adoptaram integralmente o regime de fundo de pensões, deixando de ter direito à pensão vitalícia. Os funcionários públicos do quadro admitidos antes dessa data puderam optar por manter o regime antigo ou mudar para o novo regime. As taxas de contribuição e os benefícios de reforma disponíveis diferem entre ambos os regimes. No novo regime, são necessários 15 ou 18 anos de serviço para receber a percentagem paga pelo Governo, enquanto a parte individual pode ser totalmente levantada após 5 ou 3 anos de trabalho, conforme o caso. Assim sendo, desde então, os dois regimes coexistem paralelamente.

Dado que a opção foi encerrada em 2006, apenas os novos magistrados nomeados após essa data, como os 18 do ano passado, têm direito à pensão vitalícia. Na altura, recordo-me de que alguns magistrados manifestaram alguma insatisfação por não poderem escolher, considerando que o seu direito de opção tinha sido retirado, mas trata-se de uma política governamental. Quando exercia funções como Presidente do Tribunal, a Sra. Secretária Chan não nos consultou; a proposta foi directamente apresentada à Assembleia Legislativa e aprovada, sem permitir que os magistrados pudessem optar. Essa foi a situação.

Na altura, cerca de 2000 funcionários abrangidos pelo regime antigo optaram por mudar para o novo regime, enquanto os restantes mantiveram-se no antigo. Naturalmente, com o passar dos anos, o número de contribuintes diminui progressivamente, enquanto o número de reformados aumenta anualmente. O Governo, na altura, não planeou adequadamente um regime de protecção complementar para garantir, no futuro, a fonte de financiamento das pensões dos funcionários que permanecem no regime antigo, à medida que o número de contribuintes diminui. Hoje em dia, verifica-se claramente que tal regime não existe, e por isso surgem os problemas.

Gostaria de partilhar convosco alguns números. Até Abril de 2025, há 7114 membros activos inscritos no regime de protecção na reforma, e são pagas 5928 pensões mensais. Prevê-se que, até 2030, o número de membros activos — isto é, contribuintes — desça para

2996, enquanto o número de pensionistas suba para 10.020. Isto significa que há cada vez menos pessoas a contribuir e cada vez mais pessoas a receber pensões. Além disso, dadas as actuais condições económicas favoráveis, os melhores benefícios sociais e o aumento da esperança média de vida, esta tendência acentua-se ainda mais.

Relativamente às contribuições, estima-se que, em 2026, as receitas de contribuições atinjam 1.141 milhões de patacas. Contudo, a Direcção dos Serviços de Finanças prevê que o montante necessário para o pagamento das pensões seja de 4.100 milhões de patacas, resultando num défice de 2.960 milhões de patacas. Em 2030, as receitas de contribuição previstas são de 570 milhões de patacas, enquanto as despesas com pensões atingirão 6.860 milhões de patacas, o que representa um défice de 6.285 milhões de patacas.

Perante esta situação, os benefícios na reforma dos funcionários públicos mantêm-se inalterados e não podem ser reduzidos — esta tem sido a prática constante ao longo dos anos. Por isso, desde 2021, o Governo adoptou duas medidas: primeiro, a partir do quarto trimestre de 2021, o pagamento das pensões passou do orçamento do Fundo para ser directamente suportado pelo orçamento da Região Administrativa Especial; segundo, 17% dos 3% da receita bruta dos jogos foram canalizados para o Fundo de Pensões. No entanto, com base nos dados que acabo de apresentar, estas medidas ainda não são suficientes para cobrir o défice.

Assim sendo, o Governo da RAEM deverá planear com antecedência em conjunto com todos os sectores da sociedade, pois já no próximo ano o défice atingirá cerca de 2.900 milhões de patacas, enquanto o número de contribuintes continuará a diminuir e o número de reformados a aumentar. De acordo com as estimativas que acabo de receber, em 2030, no pico da crise, o défice atingirá 6.285 milhões de patacas. Neste contexto, será possível considerar estudar um método de resolução? Recordo-me de que, há muitos anos, o Fundo de Segurança Social também enfrentou uma situação semelhante; na altura, o então Chefe do Executivo, Edmund Ho, tomou medidas decisivas e criou um mecanismo que permitiu ao Fundo de Segurança Social adaptar-se ao crescimento populacional e garantir a sustentabilidade dos pagamentos.

Portanto, caros novos deputados, enfrentemos juntos este desafio. Em 2029, altura em que há lugar a mudança do mandato, poderão observar como o nosso orçamento terá de transferir montantes cada vez maiores para suportar a protecção na reforma. As nossas despesas obrigatórias rondam cerca de 8.000 milhões de patacas, as despesas totais cerca de 10.000 milhões de patacas e o PIDDA aproxima-se de 2.000 milhões de patacas. Nessa altura, se o nosso défice atingir 6.200 milhões de patacas, mesmo deduzidos os 500 milhões de patacas de contribuições, representará ainda cerca de um décimo das nossas despesas obrigatórias. Temos de planear com antecedência, encarar directamente o problema e enfrentar conjuntamente este desafio, de modo a garantir que todos os funcionários públicos possam trabalhar com tranquilidade, prestando serviços públicos de qualidade aos cidadãos, e assegurando que a sua protecção na reforma seja sólida e sustentável a longo prazo.

Agradeço-lhe por levantar esta questão e espero que a sociedade tome conhecimento desta situação. Os seus dados são muito claros e deverão já ter sido tornados públicos, mas

nos últimos anos ninguém os tinha mencionado.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Si Ka Lon.

Si Ka Lon: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo: Com o forte apoio do Governo Central, o mercado turístico de Macau recuperou totalmente. O número de visitantes atingiu quase 30 milhões durante os primeiros três trimestres deste ano, impulsionando um crescimento económico estável. Porém, as PME – a vertente principal do mercado e uma componente importante do emprego – alegam a insuficiência de procura interna, a desigualdade de desenvolvimento em diferentes sectores e os custos elevados. Na actual conjuntura, as PME não se atrevem a aumentar o investimento para transformação e modernização.

O próximo ano marca o início do 15.º Plano Quinquenal da China e do 3.º Plano Quinquenal de Macau. As PME de Macau, especialmente as localizadas em bairros comunitários, aguardam ansiosamente a apresentação, pelo Governo, de um novo plano a favor de uma melhor integração e participação das PME na cadeia industrial “1+4”. Há que reforçar ainda mais o apoio financeiro, humano e tecnológico adaptado aos diferentes tipos de lojas e empresas, melhorar a gestão do fluxo de pessoas em prol do desenvolvimento da economia comunitária, bem como tomar medidas com maior abrangência para estimular a procura interna e o consumo.

Só com empresas estáveis é possível ter emprego estável. Sr. Chefe do Executivo, para fazer face às dificuldades e aspirações das PME, especialmente as localizadas em bairros comunitários, que medidas anticíclicas vai o Governo adoptar para as apoiar a lidar com a situação económica desfavorável, aumentando a confiança das PME no investimento, e apoiando-as a baixar os custos e a aumentar a rentabilidade? Obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço ao Sr. Deputado Si Ka Lon pela pergunta apresentada.

Relativamente às pequenas e médias empresas (PME), já diversos colegas colocaram questões anteriormente. De forma geral, o Governo e as PME precisam de cooperar unidas para enfrentar as mudanças no ambiente de consumo e nas percepções dos consumidores. O Governo está a envidar todos os esforços para prestar apoio, especialmente à economia comunitária e às PME. Contudo, há um dado: nos primeiros nove meses deste ano, foram criadas cerca de mil novas empresas, PME, enquanto apenas encerraram entre duzentas a trezentas. Como é que as PME conseguem, neste contexto actual, tomar decisões acertadas e continuar a criar novas empresas? Isto deu-me uma ideia: do nosso ponto de vista, quando as PME optam por abrir num determinado bairro neste contexto actual, revelam uma forte consciência da sua responsabilidade principal. O Governo prestará apoio em várias vertentes, mas as PME devem assumir a responsabilidade principal face ao ambiente empresarial e aos grupos de consumidores. O Governo criará condições para ajudar na gestão e no

desenvolvimento, promoverá incentivos em várias áreas e reforçará o apoio financeiro.

No que diz respeito ao apoio financeiro, o Governo já concedeu isenções em diversos impostos, não havendo praticamente encargos fiscais para as PME. Segundo sei, as taxas de licenciamento e impostos das PME já foram isentados. Continuaremos a prestar apoio financeiro, incluindo isenções da contribuição industrial, do imposto de selo, do imposto de turismo, entre outros, todos já isentos. Além disso, lançámos este ano um programa de bonificação de juros no valor de 10.000 milhões de patacas, com taxa de juro de 4%. Os deputados do sector financeiro devem conhecer bem este programa, que já aprovou cerca de 4 mil milhões de patacas, o que equivale a o Governo suportar integralmente os juros. Assim, do ponto de vista financeiro, por um lado estão as isenções fiscais, por outro a bonificação de juros bancários das PME. Existe ainda um plano de subsídios para incentivar a modernização e o desenvolvimento das empresas. Estes são os apoios financeiros do Governo às PME. A bonificação juros de 10 mil milhões de patacas lançada durante a pandemia continua também a ser implementado. Mas não devemos esquecer que, nos primeiros nove meses deste ano, o número de visitantes atingiu 29,67 milhões. Por isso, retomámos igualmente as respectivas medidas.

No domínio do reforço de capacidades, o orçamento do Sr. Secretário Tai aumentou cerca de três vezes, sendo a maior parte destinada ao desenvolvimento digital. Inicialmente, apenas era disponibilizado um montante de mais de 10 mil patacas, mas na renovação no segundo ano o apoio continua a ser concedido. A ideia é incentivar as empresas, através da transformação digital, a melhorarem as suas capacidades comerciais, reforçarem o efeito de marca, criarem as suas próprias marcas e realizarem campanhas de promoção *online* e *offline*, para que o desenvolvimento das PME consiga acompanhar as mudanças do ambiente. O Governo também adopta diversas medidas para incentivar residentes e turistas a consumir nos bairros comunitários, como todos conhecem o Grande Prémio de Consumo, bem como actividades de desconto que serão lançadas em breve por ocasião da celebração do retorno à Pátria. A Associação Comercial de Macau tem sido muito proactiva nesta matéria. Este ano, o Governo alocou 800 milhões de patacas para diversas actividades de incentivo ao consumo. No próximo passo, poderemos analisar como o sector dos transportes pode complementar estas acções, facilitando a entrada de turistas nos bairros comunitários. Já tínhamos sugerido anteriormente analisar se poderiam atrair a deslocação de visitantes, através de transportes mais convenientes, a determinadas zonas.

Além disso, o Sr. Secretário Tai poderá posteriormente apresentar como pretende utilizar concertos para impulsionar o consumo comunitário, como o programa de apoio financeiro para o Turismo Comunitário “Viajar por Macau”, que já foi lançado. Poderemos também analisar que métodos e formas especiais poderão ser adoptados no próximo ano, com o objectivo de atrair o máximo possível de visitantes para os bairros comunitários.

Agradeço novamente a sua pergunta.

Presidente: Obrigada, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Ho Ion Sang.

Vice-Presidente: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, 4.ª Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, foram deliberadas e aprovadas as “propostas do 15.º Plano Quinquenal”, determinando um plano de desenvolvimento estratégico de alto nível para o País nos próximos 5 anos, o que definiu um rumo e abriu amplas perspectivas para o desenvolvimento de Macau. As “Propostas” aprovadas na sessão plenária demonstram os valores centrados no povo, salientando que a realização da aspiração do povo por uma vida melhor é o ponto de partida e de chegada da modernização chinesa, exigindo maiores garantias e esforços para melhorar a vida do povo, e implementam planos sistemáticos para resolver questões que envolvem “idosos e crianças”.

Actualmente, o Governo da RAEM está a elaborar, activamente, o 3.º Plano Quinquenal, para se articular plenamente com o “15.º Plano Quinquenal da China”. Face ao envelhecimento da população de Macau e à grave baixa taxa de natalidade, é premente dar atenção a todo o ciclo de vida das pessoas, especialmente no que respeita aos idosos e crianças, sendo necessário concentrar mais recursos para criar uma esfera comunitária de serviços de apoio a idosos entre 15 e 20 minutos, e melhorar os serviços e as medidas de cuidados às crianças.

Assim, Sr. Chefe do Executivo, como vai o Governo responder com precisão às necessidades diversificadas das crianças e dos idosos, através da coordenação dos recursos comunitários e com base na perspectiva de todo o ciclo de vida, promovendo a elevação da qualidade dos serviços sociais, e da acessibilidade e do profissionalismo dos cuidados permanentes, para aliviar os encargos das famílias com a educação e a vida pós-aposentação, bem como criar políticas e um ambiente cultural favorável às crianças, idosos e famílias?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Obrigado, Sr. Deputado Ho, pela questão sobre “os idosos e as crianças”.

Relativamente à questão dos “os idosos e as crianças”, o sistema de segurança social de Macau, tal como tem funcionado até agora, com o esforço conjunto da sociedade, deve estar a correr bem, e a sua cobertura é bastante ampla.

A questão da “baixa natalidade” deve ser abordada principalmente sob três vertentes: natalidade, educação e cuidados parentais. Como já foi referido, na vertente da natalidade, já foram adoptadas novas medidas, nomeadamente o aperfeiçoamento do plano de subsidiação da procriação medicamente assistida e a criação, através da “Conta Única de Acesso Comum” para aumentar a plataforma de gestão de saúde materno-infantil. No que diz respeito aos cuidados parentais, este ano foi lançado, pela primeira vez, um “subsídio de assistência na infância”, que obteve apoio social; no futuro, serão feitas novas avaliações consoante a evolução da sociedade. Com este plano, estamos também a definir uma orientação política de apoio por parte do Governo. Além disso, os serviços de creches têm aumentado, sendo que a maioria das creches beneficia de apoios governamentais. O Governo financia uma parte

e os pais pagam a outra. Iremos estudar as futuras orientações para a área das creches. Na vertente educativa, iremos otimizar a afectação dos recursos educativos, incluindo a organização das turmas, apoiando a redistribuição das creches e dos recursos educativos, fazendo ajustes nesse sentido.

No que toca aos idosos, é um tema que preocupa muita gente, e espera-se que o Governo e as associações se empenhem em conjunto. “as metas de ter alguém que os apoie, ter acesso à saúde e de ter uma vida feliz” são mesmo uma orientação política que propõe um sistema de protecção social abrangendo todo o ciclo de vida.

Relativamente aos cuidados para os idosos, serão reforçados os três pilares: o apoio domiciliário, o apoio comunitário e o apoio institucional, incentivando e promovendo um papel mais activo das associações neste domínio. Há dados que nos permitem compreender como apoiar os agregados de idosos que vivem sozinhos ou em casais. Actualmente, existem cerca de 34 mil idosos a viver sozinhos ou em casais. O próximo passo passa por estudar como reforçar esse apoio, institucionalizar os subsídios, aumentar o apoio social e fortalecer os serviços prestados. Podemos todos estudar em conjunto como reforçar os serviços para estes idosos. Uma vez que a sociedade está a envelhecer progressivamente, há cerca de 160 mil pessoas com mais de 60 anos e cerca de 101 mil com mais de 65 anos — há dados relativos ao subsídio de respeito pelos idosos. No entanto, não tenho a certeza se todos esses idosos residem em Macau, mas os que têm mais de 60 anos são já cerca de 160 mil, e esse número continua a aumentar. Assim, relativamente aos agregados de idosos que vivem sozinhos ou em casais, e sobre como apoiar esses 34 mil idosos, todos teremos de estudar, no próximo passo, como oferecer serviços adequados, iremos também estudar como otimizar o mecanismo de ajustamento regular da segurança social.

No que respeita ao acesso à saúde dos idosos, o nosso sistema de saúde é robusto e é também uma área de grande despesa, com uma rede comunitária de cuidados bem desenvolvida, e muitas associações dispõem de unidades e clínicas de saúde comunitárias. A proposta de lei intitulada “Lei da actividade das instituições privadas prestadoras de cuidados de saúde” foi recentemente submetido à Assembleia Legislativa para apreciação, com vista a organizar todo o sistema que abrange clínicas, hospitais privados e hospitais públicos. Quanto ao futuro tratamento de doenças crónicas, a Sra. Secretária O Lam poderá apresentar mais detalhes, nomeadamente sobre como, através da descentralização de recursos, incentivar as entidades privadas a prestar apoio.

No que respeita a ter uma vida feliz dos idosos, trata-se de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos idosos. Para além de incentivar a aprendizagem ao longo da vida, importa também reflectir sobre como aumentar a participação cultural dos idosos na sociedade, o que é também um aspecto a considerar no âmbito de “envelhecer com alegria”.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ngan Iek Hang.

Ngan Iek Hang: Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos! Os jovens são uma pedra basilar importante para o desenvolvimento de Macau. Macau encontra-se numa fase crucial da diversificação adequada da economia e, em 2023, o Governo lançou o primeiro plano sistemático para o desenvolvimento das indústrias, com vista a proporcionar um plano para as indústrias emergentes. Mas, devido ao ambiente económico e à estrutura industrial, há falta de postos de trabalho. Apesar de o Governo e os sectores terem promovido, de forma contínua, diversas medidas de promoção do emprego, muitos recém-graduados e jovens continuam a enfrentar dificuldades no acesso ao emprego, o que não só afecta o desenvolvimento profissional dos talentos, como também o planeamento da vida dos jovens para a constituição da família.

A longo prazo, a reconversão industrial e a formação de talentos são factores cruciais para o desenvolvimento socioeconómico. Sr. Chefe do Executivo, com base na aceleração do desenvolvimento das indústrias emergentes, como vai o Governo aproveitar as oportunidades de desenvolvimento da Grande Baía e da Zona de Cooperação, e através do alargamento dos canais de emprego, do reforço do apoio ao empreendedorismo, do aprofundamento da integração entre as indústrias e o ensino, da optimização da conjugação de emprego e do alargamento da formação e estágio, etc., empenhar-se na formação e no apoio aos jovens, para que estes possam “ter emprego”, ter bom desempenho, “criar negócios”, alinhando o seu desenvolvimento profissional com o futuro da RAEM?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço a questão colocada pelo Sr. Deputado Ngan em relação ao emprego jovem, nomeadamente no que diz respeito ao emprego transfronteiriço na Grande Baía e ao emprego local. Já respondi anteriormente às questões colocadas, e a nossa abordagem passa essencialmente por promover o emprego jovem e resolver os problemas relacionados através do emparelhamento de ofertas e procura de trabalho, do apoio ao empreendedorismo, da integração entre a educação e a indústria, e do intercâmbio regional.

No que toca ao apoio ao emparelhamento profissional, gostaria também de reflectir com todos. Muitos dos nossos jovens, após concluírem o ensino superior, verificam que as suas áreas de formação e habilitações académicas não correspondem à estrutura do mercado de trabalho de Macau. Por isso, espero que todos possam incentivar os jovens e ajudá-los, através da reconversão profissional, a transitar para áreas diferentes das suas formações originais. Assim, no âmbito do apoio ao emprego, é necessário oferecer formação profissional e emparelhamento com oportunidades de trabalho, apoiando a sua inserção no mercado. Aqueles que tenham interesse em empreender podem também dirigir-se à Grande Baía ou a Hengqin para desenvolver os seus projectos. O Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego tem desenvolvido um vasto trabalho nesta área; desde a sua criação em Setembro até agora, passaram apenas cinco ou seis meses, mas já ajudou mais de quatro mil jovens a realizar emparelhamentos profissionais, o que é um bom resultado. Espero que todos possam incentivar os jovens a procurar emprego e a empreender.

Na Grande Baía, iremos optimizar e actualizar a plataforma de recrutamento para residentes de Macau e Hengqin, incentivando os nossos jovens a procurar emprego em

Hengqin. A Comissão Executiva de Hengqin oferece um subsídio de emprego de 4.000 patacas, e o Governo da RAEM concede também 5.000 patacas, como forma de incentivo para trabalharem em Hengqin. Actualmente, a passagem fronteiriça com Hengqin é muito conveniente, e as várias oportunidades de emprego e o desenvolvimento industrial na região são também factores a considerar para encorajar os nossos jovens a deslocarem-se para trabalhar lá. O “Plano de Financiamento para Carreiras Profissionais dos Jovens de Macau na Grande Baía”, que corresponde às 5.000 patacas atrás mencionadas, é uma medida de incentivo ao emprego dos jovens na Grande Baía, existindo também em Hong Kong. Iremos coordenar-nos com o Departamento de Emprego da Província de Guangdong para impulsionar esta iniciativa, e muitas empresas da Grande Baía oferecem condições vantajosas para atrair talentos. Além disso, temos também planos de apoio ao empreendedorismo jovem. Espera-se que um conjunto de programas — como os planos de carreira, estágios e estágios no Interior da China — possam incentivar os jovens a aproveitar estas plataformas para explorar a Grande Baía e adquirir mais experiência profissional.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho.

José Maria Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. Membros do Governo,

Srs. Membros do Conselho do Executivo:

Desde o estabelecimento da RAEM que quase todos os ex-Chefes do Executivo afirmaram que os recursos humanos da APM são os recursos mais valiosos e um pilar importante na governação.

É crucial que o moral dos trabalhadores da Função Pública seja elevado para ganhar confiança na sociedade e garantir que o interesse colectivo seja priorizado, combatendo a corrupção e promovendo o bom funcionamento dos serviços públicos.

Servidores com alto moral agem de forma ética e íntegra, focando-se no bem comum, e demonstram motivação para mobilizar as suas tarefas com esmero, indo além das suas obrigações básicas, como por exemplo, varrendo as ruas da cidade durante a pandemia e removendo lixo nas recentes inundações. Por isso, actualizar os salários e ouvir bem as respectivas associações representativas dos trabalhadores, são mecanismos para se obterem os melhores resultados para que esse moral não seja afectado.

Outro dos trabalhos mais desafiantes do Governo de Macau tem a ver com a reactivação das Pequenas e Médias Empresas e o mercado de consumo. Refira-se que os cartões electrónicos de consumo provaram, no passado recente, serem excelentes ferramentas e uma

das melhores formas para ajudar as famílias mais carenciadas no combate ao elevado custo de vida.

Ao creditar valor num cartão este só pode ser usado para consumo, e não para poupança ou pagamento de contas, o Governo garante que o dinheiro será injectado directamente na economia local a curto e médio prazo.

O Governo pode sempre restringir o uso dos cartões aos sectores que mais precisam de ajuda, como o comércio retalhista local, a restauração e as PME, em detrimento dos grandes conglomerados ou casinos.

Esta medida ajuda a circulação de dinheiro na base da economia. Os cartões permitem um controlo e uma monitorização precisa de como o dinheiro público é gasto. O Governo pode inclusivamente obter dados em tempo real sobre os sectores que estão a ser beneficiados, ajustando políticas caso seja necessário.

As anteriores e bem-sucedidas experiências com resultados positivos no estímulo do consumo interno provaram a viabilidade deste modelo.

Sr. Chefe do Executivo, qual a sua opinião sobre o exposto?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço as questões colocadas pelo Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho, que se prendem, como não poderia deixar de ser, com os trabalhadores da função pública e com o cartão de consumo.

Os trabalhadores da função pública são um grupo profissional de grande importância na prestação de serviços públicos à sociedade, constituindo um recurso extremamente valioso. Este ano, a equipa de trabalhadores da função pública enfrentou, em conjunto com o Governo, diversos desafios, e no próximo ano, uma série de reformas administrativas, bem como o trabalho de promoção da diversificação adequada da economia e de melhoria da eficácia governativa, exigirão também que estes mesmos enfrentem e assumam essas responsabilidades em conjunto com o Governo da RAEM. Quer nas reformas administrativas, quer no trabalho de melhoria da eficácia governativa, o apoio das associações de trabalhadores da função pública é muito importante, e todos juntos orientamos os mais de 30 mil trabalhadores da função pública ao serviço da sociedade. O Governo da RAEM tem mantido uma comunicação estreita com as associações de trabalhadores da função pública, numa base de apoio e cooperação mútuos. Existem diferentes mecanismos, bem como diversos canais de comunicação com essas associações, nas áreas da governação, do regime da função pública, dos direitos e deveres dos trabalhadores, entre outras. Já mencionei que existe um mecanismo estabelecido para a revisão salarial, que tem em conta um conjunto de factores, pelo que não vou repetir-me, uma vez que já respondi ontem em conferência de imprensa.

O Governo acompanha com muita atenção a evolução socioeconómica de Macau. Macau é uma cidade de consumo, virada para o turismo e lazer; como é que se incentiva um desenvolvimento saudável, ordenado e estável do nosso mercado de consumo, iremos reflectir e estudar que medidas adoptar. Como referi há pouco, tudo o que pudermos fazer para apoiar as pequenas e médias empresas locais e a economia comunitária, faremos.

Quanto à questão do cartão de consumo, o cartão lançado durante a pandemia desempenhou um papel muito importante na protecção da economia e da estabilidade social. No entanto, actualmente, a circulação de pessoas em ambos os sentidos e a tendência de consumo no Interior da China são comuns, o que difere do contexto de fronteiras fechadas que se vivia na altura. Existem opiniões divergentes na sociedade sobre se esse incentivo se traduzirá num consumo adicional para além do habitual. Se forem atribuídas 5.000 patacas em cartão de consumo, não é certo que os residentes aumentem o seu consumo para 10.000 patacas. Portanto, é necessário estudar formas mais eficazes de efectivamente promover o consumo em Macau, sem que isso se torne, indirectamente, numa mera distribuição de dinheiro. É uma questão que merece ser devidamente ponderada.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Senhor Deputado Che Sai Wang.

Che Sai Wang: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Exmo. Senhor Chefe do Executivo, o tema da juventude é um importante indicador para medir a vitalidade e o desenvolvimento sustentável de uma cidade, tal como o Governo Central tem salientado, “jovens prósperos, país próspero; jovens fortes, país forte”. O Governo da RAEM já há muitos anos se apercebeu de que o monolitismo da economia não consegue sustentar o desenvolvimento de Macau, e que, nos últimos anos, se registaram sucessivos danos a nível mundial, o que demonstra a fragilidade da estrutura económica de Macau. O Governo da RAEM tem apoiado os jovens na frequência de cursos profissionais, mas, devido à falta de diversificação do mercado de trabalho, é impossível reter os jovens talentos. Os problemas estruturais da economia fazem com que os jovens locais não tenham opções de emprego suficientes, pelo que, para manter a sua vida quotidiana, se limitam a escolher passivamente um trabalho, não conseguindo aproveitar as suas vantagens profissionais.

Alguns trabalhadores da Função Pública, que trabalham com diligência e cuja antiguidade já ultrapassou o limite máximo, devido a dificuldades familiares, querem aposentar-se mais cedo para manter a sua família, mas não conseguem requerer a aposentação voluntária antecipada por causa da rigidez do regime. Forçar a sua permanência só vai desmoralizar os funcionários públicos em geral.

O Governo deve ponderar libertar mais postos de trabalho na Função Pública, para atrair mais jovens competentes, com ambição e com ideias, melhorando a eficácia governativa, elaborando políticas mais adaptadas aos tempos e revitalizando a cidade de Macau, obtendo-se assim um efeito multiplicador? Os jovens são os pilares do futuro da sociedade, e neste

momento é também um período crucial para o desenvolvimento de Macau. Para que Macau supere as actuais dificuldades, é necessário, em primeiro lugar, deixar entrar os jovens com ideias inovadoras nos serviços que tomam decisões e proporcionar-lhes espaço para actuar, incentivando os jovens de Macau a dar o seu melhor e a contribuir para a construção do futuro de Macau. Quanto à proposta acima referida de disponibilização de espaço para os jovens desenvolverem a sua capacidade de participação na governação, qual é a opinião e o conceito governativo do Sr. Chefe do Executivo? Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: As questões que levantou, compreendo que são duas.

A primeira, permitir que os funcionários públicos se possam aposentar antecipadamente; a segunda, proporcionar mais oportunidades de promoção aos funcionários públicos mais jovens.

O regime de aposentação dos funcionários públicos e o estatuto do pessoal da Função Pública são regimes muito rigorosos. Quanto à segurança social na aposentação, já respondi há pouco, pelo que não vou repetir aqui. A alteração do regime de aposentação dos funcionários públicos trará uma série de profundas mudanças, que, a longo prazo, merecem ser estudadas por todos. Se se tratar do regime de previdência, pode-se sair a qualquer momento, mesmo trabalhando apenas cinco anos. No entanto, para os funcionários públicos de quadro, de acordo com as disposições do regime da Função Pública, já existe uma previsão sobre quando os funcionários públicos se podem aposentar. Qualquer alteração poderá ter impacto no sistema da administração pública e afectar o regime de segurança social na aposentação. Além disso, os efeitos que uma aposentação antecipada poderá ter nas suas carreiras e nas suas famílias são igualmente desconhecidos. Esta questão requer um estudo aprofundado, uma vez que as suas implicações são significativas, e todos devem empenhar-se activamente nesse estudo.

O outro aspecto diz respeito à promoção dos funcionários públicos, quer na progressão dentro da carreira, quer na ascensão a cargos de direcção e chefia. A reforma da administração pública já prevê mecanismos rigorosos para avaliar este sistema. Incentivamos os jovens funcionários públicos a dar expressão às suas aspirações, a assumir responsabilidades e a concretizar, no seio do sistema da Função Pública, o seu propósito de servir a sociedade, melhorando a capacidade de governação e a capacidade de resposta. Os dirigentes e chefias estarão atentos, procurarão e formarão jovens funcionários públicos com vocação e competência, promovendo-os para os cargos adequados. Se tiverem ambição e capacidade, certamente poderão ajudar os chefes de departamento, os directores dos serviços e até os principais titulares dos cargos, e estes não deixarão de os descobrir. Assim, os deputados representantes das associações de funcionários públicos devem encorajar vigorosamente e orientar positivamente os nossos jovens funcionários públicos.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Senhor Deputado Chan Lai Kei.

Chan Lai Kei: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Exmo. Senhor Chefe do Executivo, o Governo está a formular, activamente, um programa “de 4 níveis” que abrange o planeamento de vida, o prosseguimento de estudos e os estágios, o emprego e o empreendedorismo, e a promoção na carreira, para se alinhar, de forma mais precisa, com as necessidades dos estudantes e com a estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4”. Desde a entrada em vigor, em Setembro de 2022, do Regulamento Administrativo revisto do Regime do ensino técnico-profissional do ensino não superior, 13 instituições educativas em Macau implementaram programas desta modalidade de ensino, com cerca de 1100 estudantes matriculados neste ano lectivo. Porém, segundo os inquéritos ao emprego, a taxa de desemprego em idades compreendidas entre os 16 e os 44 anos mantém-se. Segundo opiniões da sociedade, os jovens enfrentam desafios estruturais: “as qualificações profissionais não se adequam a áreas relacionadas” e “falta de experiência profissional”. Segundo o Regime do ensino técnico-profissional, há que promover a colaboração entre escolas e empresas, e o reconhecimento de habilitações académicas é essencial para que, de forma mais eficaz, os alunos em diferentes fases construam pontes entre o ensino secundário, a universidade e o mercado de trabalho.

Pelo que, levanto a seguinte questão: As PME desempenham um papel essencial na economia de Macau, mas, devido aos recursos limitados, têm dificuldade em oferecer, de forma contínua, oportunidades de estágio. O Governo pode tomar como referência o “Plano de Financiamento para Carreiras Profissionais dos Jovens de Macau na Grande Baía” para subsidiar os jovens e as PME locais em matéria de estágio, incentivando-as a oferecerem estágios a estudantes do ensino técnico-profissional, permitindo-lhes adquirir experiência prática durante os seus estudos, garantindo que os seus currículos se revistem de valor real, em prol do acompanhamento das rápidas mudanças no mercado de trabalho e do ajustamento do rumo profissional. Vai fazê-lo? Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: O emprego dos jovens é uma questão que requer a atenção conjunta de toda a sociedade. Como referi anteriormente, as PME podem adoptar a abordagem de proporcionar primeiro formação no local de trabalho e aquisição de experiência, e só depois fazer uma avaliação bilateral. O empregador pode considerar, do seu ponto de vista, se o jovem é adequado; e o jovem, através do estágio na instituição, pode ponderar se o trabalho se adequa a si como uma direcção de desenvolvimento profissional a longo prazo. Apoiamos e reconhecemos vivamente este modelo de “formação prévia à contratação, estabelecimento posterior de uma relação laboral estável”. O Governo irá estudar como apoiar as PME na implementação deste tipo de planos. Todos podem reflectir sobre a viabilidade deste plano. A que grupos se deverá dirigir este plano? Aos jovens que nunca ingressaram no mercado de trabalho, ou àqueles que já têm certa idade mas pretendem mudar de emprego? É necessário estudar a definição da política e a sua operacionalidade.

Agradeço ao Senhor Deputado Chan Lai Kei pela questão levantada. Espero que todos possam estudar o assunto em conjunto, e as nossas instituições académicas podem também analisar se outros países ou regiões têm planos semelhantes. Isto porque está envolvida a questão do risco moral: se uma PME, com base em apoios políticos ou financeiros, contratar

um recém-licenciado para um estágio, e se esse licenciado, por considerar o trabalho inadequado, se despedir e for contratado por outra PME, deverá continuar a receber esse apoio? E como lidar com situações ao longo de dez anos? Esta é uma questão que exige o estudo conjunto de todos. Porque actualmente a definição de “jovens” varia: considera-se jovem a partir dos 16 anos? Dos 20? Ou há quem considere que aos 50 anos ainda se é jovem? É uma questão que merece reflexão e que todos devem ponderar cuidadosamente. No entanto, em relação aos jovens, como referi há pouco, o Governo dispõe de um conjunto de medidas para incentivar o emprego jovem, incluindo medidas para o emprego na Grande Baía, e a nível local temos também planos de formação pré-profissional, estágios e outros programas. Desde que haja vontade de experimentar, temos muitas medidas de apoio e incentivo para a carreira dos jovens.

Muito obrigado pela sua questão. É uma excelente questão, que todos devem estudar em conjunto.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Senhor Deputado Chan Hao Weng.

Chan Hao Weng: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Exmo. Senhor Chefe do Executivo,

Hoje, é com grande satisfação que ouvi vários Deputados partilharem as suas opiniões sobre o tratamento e o desempenho dos funcionários públicos. Gostaria também de acrescentar alguns pontos.

Os funcionários públicos dedicam-se de coração a servir os cidadãos, e o seu trabalho é reconhecido por V. Exa. e pela sociedade. No entanto, desde que V. Exa. apresentou ontem o relatório das Linhas de Acção Governativa, temos recebido muitas opiniões de funcionários públicos de base, que referem que a sua pressão de vida é bastante elevada, uma vez que o seu índice de vencimento é relativamente baixo.

Por outro lado, há a questão da carga de trabalho dos funcionários públicos. Ajustei a minha pergunta porque gostaria de partilhar com V. Exa. a situação actual. A pressão do trabalho advém do elevado volume de documentos. Actualmente, elaborar uma proposta é como escrever uma tese de doutoramento. Como melhorar a eficiência da governação é algo que exige a nossa reflexão cuidadosa. Cada mudança da liderança governamental traz diferentes exigências, e cada uma tem os seus próprios requisitos quanto ao formato dos documentos. Espero que o Governo da RAEM possa ouvir estas vozes e proceder à respectiva uniformização.

A aplicação “Assuntos Governamentais” é um bom trabalho feito pelo Governo; é assim que deve ser a uniformização, a eficiência e a informatização. Para além do tratamento salarial, o sentimento dos funcionários públicos é também muito importante.

Há ainda outra opinião que, devido à limitação de tempo, apresentarei mais tarde ao Secretário para a Administração e Justiça.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado pela questão que levantou.

A questão que colocou está relacionada com o sistema de funcionamento da Função Pública, e penso que todos os organismos públicos do mundo enfrentam este problema. Quando trabalhava no tribunal, também enfrentava esta questão: como melhorar a eficiência do funcionamento da administração pública. Quanto à pressão dos funcionários públicos, se esta resulta do tratamento de documentos, os diferentes serviços têm exigências distintas, e os respectivos superiores hierárquicos têm de comunicar entre si. Os funcionários públicos devem manter um diálogo regular com os seus superiores sobre o seu trabalho diário, para ver se há espaço para melhorias. Devem tomar a iniciativa de apresentar sugestões e promover o intercâmbio. Creio que nenhum superior hierárquico ignoraria uma boa sugestão, apresentada de boa-fé, que possa melhorar a eficiência operacional. Portanto, relativamente à eficiência interna da Função Pública, levantou uma excelente questão. Por vezes, os funcionários públicos, depois de muito tempo ao serviço do departamento, tendem a mecanizar-se. Mas, na verdade, se conseguirem abrir a mente, os titulares dos cargos das diversas áreas podem incentivar os serviços e solicitar às direcções de serviços que realizem sessões de *brainstorming*, criando uma plataforma de partilha. A nível transversal, poderá ser mais difícil, uma vez que as funções das diversas áreas são diferentes.

Por isso, agradeço imenso pela sua sugestão. Espero também que os nossos funcionários públicos, os seus dirigentes e chefias, desde os nossos Secretários até aos principais titulares dos cargos, possam incentivar uma maior comunicação entre superiores e subordinados, unindo esforços para melhorar a eficiência dos serviços públicos, de modo a que todos possam trabalhar com bom humor e saúde mental, elevando significativamente o reconhecimento, a dignidade e o estatuto da equipa da Função Pública e dos serviços públicos na sociedade.

Muito obrigado pela sua sugestão.

Presidente: Obrigado, Sr. Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Song Pek Kei.

Song Pek Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Exm.º Senhor Chefe do Executivo: No ano passado, sob a liderança da V. Ex.ª, o novo Governo da RAEM demonstrou forte sentido de missão, reforçando a coordenação; mediante novos pensamentos, mais reforços e medidas mais concretas, elevou a eficiência governativa; e através da “simplificação da administração e descentralização de poderes, fusão da descentralização de poderes e da gestão, e optimização dos serviços”, fortaleceu o ambiente de negócios e respondeu às exigências do desenvolvimento social, um bom começo. Mais ainda, com grande determinação, planeou e lançou quatro projectos prioritários, para consolidar as bases da diversificação adequada da economia e abrir um novo capítulo para o

desenvolvimento de alta qualidade de Macau. Face ao aumento das incertezas do ambiente externo, os riscos e desafios de desenvolvimento são maiores. Concordo plenamente com o que V. Ex.^a afirmou ontem, de que, para mitigar eficazmente os riscos e enfrentar os desafios, o Governo da Região Administrativa Especial deve efectuar uma preparação adequada.

A economia de Macau está a desenvolver-se favoravelmente, mas existem muitos riscos, nomeadamente a percentagem de crédito malparado dos bancos atingiu 5,7 por cento em Maio passado, o nível mais elevado dos últimos 20 anos. Face à contínua desaceleração do mercado imobiliário, a situação dos activos negativos merece a nossa atenção, dado que a redução dos rendimentos dos residentes aumenta a pressão de reembolso de empréstimos, com o risco de “rebentar” a qualquer momento. Mais, a sociedade está preocupada com o aumento de impactos resultantes da saída dos casinos satélite no final do corrente ano. Estes factores fizeram com que os prejuízos de alguns bancos comesçassem a aumentar, agravando ainda mais o sector bancário e o problema dos riscos financeiros.

Senhor Chefe do Executivo, face à questão do desenvolvimento do sector financeiro, o Governo procedeu a alguma avaliação de risco? E de que medidas dispõe para fazer face aos riscos existentes? Quanto aos riscos financeiros, resultantes da desaceleração do mercado imobiliário, vai adoptar medidas efectivas para os eliminar? No futuro, vai tomar como referência as experiências das regiões vizinhas e acelerar o lançamento de medidas para estabilizar o mercado imobiliário, a fim de reforçar o desenvolvimento seguro do mercado? Obrigada.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço à Sra. Deputada Song pela pergunta apresentada.

No que diz respeito aos riscos financeiros, nenhum país ou região pode ignorar esta questão. Gostaria de partilhar convosco a situação geral dos riscos financeiros. O funcionamento do sistema financeiro é estável. Também gostaria de partilhar alguns números. A Autoridade Monetária de Macau assume a responsabilidade pela supervisão das instituições financeiras, e o Sr. Secretário Tai também acompanha de perto a situação geral da operação financeira. Temos também deputados do sector financeiro, que sabem bem que a AMCM mantém estreitos contactos com todos, assegurando a operação estável do sistema financeiro.

Gostaria de partilhar alguns números. Até Setembro deste ano, o crédito malparado do sistema bancário totalizava 55,5 mil milhões de patacas, com uma taxa de 5,44%, ligeiramente inferior aos 5,7% mencionados pela Sra. Deputada Song, pois os dados por si citados são mais antigos. Isto demonstra que os riscos financeiros estão a aliviar gradualmente, já que diversos factores que afectam os riscos financeiros, como o mercado imobiliário, passaram a ser mais estáveis. Embora ainda em tendência descendente, os devedores, após algum tempo, reforçaram a sua capacidade de pagamento e efectuaram reembolsos, pelo que a taxa baixou para 5,44%.

A taxa de solvência do nosso sistema financeiro é de 15,78%, muito superior ao mínimo legal de 8%. Isto transmite confiança de que o nosso sistema financeiro é estável. O Governo

acompanha atentamente as medidas adoptadas, incluindo exigir aos bancos a classificação adequada dos activos, a constituição de provisões e o reforço de capitais para fazer face aos riscos. A AMCM desempenha um papel de supervisão neste domínio, acompanhando de perto e enfrentando em conjunto com as instituições financeiras os diversos desafios e mudanças.

Até Agosto, a taxa de mora nos créditos hipotecários para habitação era de 3,8%, uma descida anual de 0,5 pontos percentuais, o que demonstra estabilidade geral.

A saída dos casinos-satélites terá, evidentemente, algum impacto financeiro, mas as instituições financeiras estão em condições de o gerir. Até final de Setembro, o montante total dos empréstimos concedidos às empresas imobiliárias ligadas aos casinos-satélites representava menos de 1% do total dos empréstimos bancários. O nosso volume total de empréstimos ultrapassa 1000 mil milhões de patacas, pelo que o impacto no sistema financeiro é controlável, especialmente para as grandes instituições financeiras, cujas bases são suficientemente sólidas para suportar esta situação.

No que respeita à política imobiliária, vamos adoptar medidas. Após estudo, procuraremos equilibrar a economia de mercado livre com a intervenção governamental. Se o Governo interviesse em larga escala no mercado imobiliário, tal seria diferente da situação nas regiões vizinhas e na nossa Pátria, onde a dimensão geral do mercado é muito maior e diferente da nossa realidade. Além disso, as políticas em cada província e cidade variam, sendo aplicadas segundo os seus próprios métodos. Assim, no nosso mercado livre, devemos considerar cuidadosamente os riscos envolvidos, nomeadamente como lidar com quem tem ou não tem capacidade de pagamento, como regular quem possui uma ou duas propriedades, e qual a fronteira ética a definir face aos riscos morais.

Este ano, estudámos em conjunto e implementámos uma medida de isenção do imposto de selo sobre a transmissão de imóveis até 6 milhões de patacas, o que é mais favorável do que nas regiões vizinhas, incluindo Hong Kong. Em segundo lugar, mantivemos as condições restritivas originais, mas aliviamos todas: a medida aplica-se apenas a residentes permanentes que, nos anos anteriores, só possuíam uma propriedade. Esta medida foi concebida pelo Governo no equilíbrio entre a gestão de riscos e a intervenção no mercado livre. Com as sucessivas reduções das taxas de juro nos Estados Unidos e na Europa, o impacto sobre os riscos financeiros será positivo, somado às medidas por nós implementadas, a situação geral é controlável. A Região Administrativa Especial continuará a avaliar o ambiente do mercado, tendo em conta o papel do Governo no mercado livre, e fará considerações integradas sobre a resposta e a adopção de medidas adequadas.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Iau Teng Pio.

Iau Teng Pio: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo: Boa tarde. No seu programa eleitoral, V. Exa. afirmou

claramente que ia “criar novas espécies de juízos especializados, estudar a criação de um regime dos adjuntos dos juízes dos Tribunais de Última e Segunda Instâncias, e ajudar os juízes a elevarem a qualidade e a eficiência dos julgamentos, para concretizar a alta eficiência dos processos e aliviar a sobrecarga dos tribunais”. Trata-se de uma medida que visa aperfeiçoar ainda mais o sistema judicial da RAEM, constituindo igualmente uma força indispensável para impulsionar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Quanto ao regime dos adjuntos dos juízes dos Tribunais de Última e Segunda Instâncias, Sr. Chefe do Executivo, como é que o mesmo vai ser criado em concreto, para concretizar o objectivo de aliviar a sobrecarga dos tribunais?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo. Obrigado, Sr. Presidente.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Obrigado, Sr. Deputado Iau. Como membro da área jurídica, o senhor acompanha com especial atenção esta questão que levantei, a qual apresentei proactivamente.

No que respeita ao regime dos adjuntos dos juízes, o termo “adjunto” não se refere a um oficial de justiça comum, mas sim a um profissional jurídico de nível mais elevado e altamente qualificado, que presta apoio aos juízes de categorias superiores durante o processo de julgamento. Contudo, este apoio está sujeito a certas condições: em primeiro lugar, não pode interferir na independência judicial nem nas decisões dos juízes; em segundo lugar, pretende-se que, através da sua colaboração, se aumente a eficiência dos juízes no julgamento e a precisão na aplicação do direito. Este regime tem origem em Portugal, onde nos tribunais de segunda instância e tribunais de recurso, cada conjunto de vários juízes dispõe de um adjunto altamente qualificado, por vezes com um nível superior ao de um advogado, podendo tratar-se de um futuro magistrado antes da sua nomeação efectiva. Este modelo tem-se revelado muito eficaz. O Interior da China também adopta uma prática semelhante, recorrendo a pessoas com habilitações jurídicas e experiência que auxiliam especificamente os juízes. O nosso Tribunal de Última Instância já tentou anteriormente contratar advogados para apoiar os seus juízes.

Estes adjuntos não são funcionários de justiça, não sendo responsáveis por tarefas como a entrega de documentos ou a redacção de actas durante o julgamento. Desempenham antes várias funções específicas: primeiro, após receberem um processo de recurso, identificam as questões jurídicas e os pontos controversos envolvidos, apresentando-os ao juiz para análise; depois, auxiliam o juiz na pesquisa de decisões anteriores que possam estar relacionadas com essas questões, listando-as exaustivamente. Em segundo lugar, verificam se os tribunais de outros países ou regiões já proferiram decisões sobre questões semelhantes e identificam quais os professores ou estudiosos que já se pronunciaram sobre o tema na doutrina jurídica, compilando toda esta informação para que os três juízes possam deliberar livremente. Deste modo, os juízes pouparão tempo considerável e poderão assegurar imediatamente a uniformidade na aplicação do direito, tanto dentro dos tribunais do mesmo nível como entre diferentes níveis judiciais. Isto porque poderão conhecer como foram decididas questões anteriores; se alguma decisão anterior estiver incorrecta, poderá ser revista, mediante

discussão conjunta. Assim, este regime favorece a uniformidade na aplicação do direito e poupa significativamente o tempo dos juízes dedicado a investigação jurídica.

Proponho a implementação deste regime dos adjuntos dos juízes, que já demonstrou ser eficaz tanto no Interior da China como em Portugal, e que já experimentámos na nossa própria jurisdição. O regime dos adjuntos dos juízes poderá ser estruturado de forma a não ser necessário atribuir um adjunto a cada juiz, pois alguns processos de recurso são bastante simples e não requerem investigação aprofundada. O apoio será sobretudo necessário em matérias civis e administrativas, bem como em certos casos penais mais complexos, especialmente na determinação da culpa e na fixação da pena. Já apresentei esta sugestão aos dois presidentes dos tribunais, e o Tribunal de Última Instância já a adoptou na prática. Depois de eu ter levado consigo o anterior assessor do Tribunal de Última Instância, este contratou imediatamente um novo assessor, que era um advogado. Actualmente, o Tribunal de Última Instância recorre aos assessores do quadro para prestar apoio aos juízes. É actualmente claro que esta medida se destina principalmente ao Tribunal de Segunda Instância e ao Tribunal de Última Instância. No próximo passo, a Secretaria para a Administração e Justiça poderá estudar se será necessário alargar este regime aos tribunais colectivos dos Tribunais de Primeira Instância, nomeadamente no Tribunal Administrativo e nos Juízos Cíveis. A nossa orientação deve ser clara: poderemos recrutar advogados e outros profissionais qualificados da sociedade, aumentando a eficiência judicial, assegurando a uniformidade na aplicação do direito e evitando contradições entre decisões que possam atrasar o julgamento dos processos.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Senhor Deputado Lei Leong Wong.

Lei Leong Wong: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Exmo. Senhor Chefe do Executivo, o Governo da RAEM apresentou, sucessivamente, a reconstrução e o reordenamento dos bairros antigos até à actual renovação urbana, num processo que já se estende por mais de 20 anos. Com excepção de raríssimos edifícios reconstruídos por iniciativa dos próprios proprietários, em termos gerais os trabalhos não têm surtido efeitos concretos. De facto, são preocupantes as condições e o ambiente habitacional em diversos prédios antigos localizados na península de Macau, daí os problemas latentes ao nível da segurança, risco de incêndio e higiene, pelo que se trata de uma situação que requer uma melhoria urgente. O regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios no âmbito da renovação urbana, bem como os regimes jurídicos de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana, já se encontram em vigor há bastante tempo, mas ainda não houve qualquer reconstrução de edifícios efectuada com sucesso nos termos do Regime Jurídico da Renovação Urbana.

É de referir que, na Zona Norte, os proprietários de um antigo edifício privado manifestaram interesse em proceder à sua reconstrução, tendo já obtido a percentagem de proprietários necessária para o efeito. No entanto, devido ao controlo da densidade populacional exercido pelas autoridades, o número máximo de fracções habitacionais

permitido para o edifício é limitado, o que inviabilizou a atracção de investimento por parte de entidades privadas, tornando difícil a concretização da reconstrução. Há que salientar que, partindo do pressuposto da articulação com o planeamento urbanístico global, procurar oferecer as melhores soluções para os projectos de reconstrução é um dos factores-chave para ultrapassar o actual estrangulamento da renovação urbana em Macau. Atendendo ao ritmo lento dos trabalhos de renovação urbana ao longo dos anos, é premente a existência de casos bem-sucedidos que sirvam de exemplo, a fim de reforçar a confiança da sociedade nas políticas públicas. Caso contrário, se nem sequer a reconstrução de edifícios antigos se consegue concretizar, quanto mais a renovação urbana e a melhoria do ambiente habitacional dos residentes.

Senhor Chefe do Executivo, para além de limitar o número de fracções para controlar a densidade populacional, o Governo pondera adoptar uma abordagem de planeamento global por zonas, nomeadamente aumentando, nos termos da lei, o índice de utilização do solo máximo permitido e o limite máximo do número de fracções? Quando, no futuro, a oferta de habitações sociais em Macau for suficiente, poder-se-á afectar os terrenos da Zona Norte-2 onde se situam as habitações sociais com mais de 40 anos, como o Bairro Social de Tamagnini Barbosa, a outras finalidades de utilidade pública. Esta solução não só estaria em conformidade com as exigências do planeamento urbanístico no que respeita ao equilíbrio da densidade populacional da zona, como também criaria condições mais favoráveis para a promoção de projectos privados de renovação urbana, reforçando assim a confiança da sociedade nas políticas de renovação urbana. Vai ponderar fazê-lo? Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado pela questão sobre a renovação urbana apresentada pelo Senhor Deputado Lei Leong Wong.

Relativamente à renovação urbana, já a referi anteriormente. Desde a reconstrução dos bairros antigos até à actual renovação urbana, esta questão tem sido amplamente discutida ao longo de vários anos, tendo inclusive o seu nome sido alterado por diversas vezes. Quanto à situação que referiu sobre a realização de renovação urbana por zonas ou em toda a área, estamos também a estudar esta questão. De acordo com o “Plano Director”, as questões que acaba de referir serão consideradas no planeamento por zonas, sendo necessária a realização de uma consulta pública global à sociedade. No que diz respeito à reconstrução dos bairros antigos e à melhoria da habitabilidade, da qualidade de vida e do ambiente global das zonas, sugere-se que, numa próxima fase, se dê início à consulta pública para a Zona Norte-1 e para a zona da Ilha Verde. Quando analisarmos as plantas de condições urbanísticas destas zonas, como resolveremos as questões que levantou? Porque algumas áreas não permitem a elevação da altura dos edifícios, e a densidade populacional das zonas tem de ser compatível com o planeamento global. Actualmente, para além da Zona A, que é uma “tela em branco” e mais fácil de tratar, nos bairros antigos, as plantas de condições urbanísticas por zonas, tanto quanto sei, ainda não foram elaboradas. As zonas que poderão agora ser objecto de estudo são a Ilha Verde e a zona do Lam Mau na Zona Norte, estando os nossos serviços competentes da área das Obras Públicas a avançar com os respectivos trabalhos. Na próxima fase, quer os Deputados quer as demais associações, esperamos que possam, em conjunto com o Governo, resolver e ponderar as várias questões relacionadas com a renovação urbana, a reconstrução dos bairros antigos, a melhoria do ambiente dos bairros antigos e o embelezamento da

paisagem urbana.

Relativamente à questão que levantou, não lhe posso responder agora sobre como deve ser feita. O regime da Macau Renovação Urbana, S. A. e a forma como se articulará com os trabalhos acima referidos, espero que todos possam estudar em conjunto.

Muito obrigado pela questão que levantou. As questões que colocou serão enfrentadas por todos, e certamente terão de ser abordadas no próximo ano. Uma vez que as plantas de condições urbanísticas dos bairros antigos serão objecto de consulta, espero que se possa mobilizar todos para, em conjunto, reflectir sobre como alcançar um equilíbrio e melhorar o ambiente habitacional. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Senhor Deputado Lee Koi Ian.

Lee Koi Ian: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Exmo. Senhor Chefe do Executivo,

O desenvolvimento da diversificação adequada da economia é essencial para consolidar as bases do desenvolvimento a longo prazo de Macau. Quanto à promoção da diversificação adequada da economia, uma das orientações estratégicas seguidas pelo Governo nos últimos anos tem sido a promoção da ligação Macau-Guangdong e o aprofundamento do desenvolvimento coordenado.

O plano da construção do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau, referido pelo Chefe do Executivo no Relatório das Linhas de Acção Governativa de Abril de 2025, reforçaria a confiança no desenvolvimento diversificado de Macau. O posicionamento de Macau, enquanto “base que facilita os negócios das empresas do Interior da China no estrangeiro” e “posto de serviços para os projectos do estrangeiro”, traça claramente um novo rumo para o desenvolvimento industrial: ligação entre Macau e Hengqin e desenvolvimento conjunto com as empresas do Interior da China. O nosso foco reside em traduzir este plano em progressos substanciais. Em particular, como implementar o modelo de desenvolvimento “Plataforma de Macau + Recursos internacionais + Espaço de Hengqin + Resultados partilhados” através de uma concepção institucional concreta, permitindo que o parque industrial atraia empresas de investigação internacionais, talentos, tecnologias e capitais para se reunirem em Hengqin e Macau, tornando-se assim um polo de crescimento na parte oeste que impulsiona a inovação e o desenvolvimento na Grande Baía. Sr. Chefe do Executivo, quanto ao plano da construção do Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau, quais foram os progressos alcançados até à data? Como é que o Governo vai impulsionar a conversão bidireccional eficiente das “necessidades nacionais” e dos “pontos fortes de Macau” dentro desse parque industrial? Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado pela questão apresentada pelo

Senhor Deputado Lee Koi Ian.

O Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias de Macau, que V. Exa. agora mencionou, foi trazido à discussão para que possamos analisar o planeamento global do projecto. O Parque visa uma articulação com Hengqin, apoiando-se no continente, orientando-se para o exterior e tirando partido das vantagens de Macau para promover a diversificação industrial.

O Secretário Tai Kin Ip tem perfeito conhecimento de que Macau já possui algumas empresas tecnológicas de média e grande dimensão, algumas até cotadas em bolsa. Um exemplo é o Membro do Conselho Executivo, U Seng Pan, cuja empresa também está cotada e tem obtido grande sucesso. No entanto, há quem aponte que não dispomos de um espaço amplo que lhes permita expandir-se, nem para atrair empresas de investigação científica que pretendam desenvolver-se utilizando a plataforma de Macau. Assim, o nosso posicionamento assenta nas necessidades das empresas, com o mercado a assumir o papel principal e o Governo a exercer uma função orientadora. Tencionamos, tendo em conta a nossa realidade e em contraste com o que se passa no Interior da China ou noutros locais, concentrar-nos prioritariamente em quatro áreas: circuitos integrados, biomedicina, tecnologia digital e tecnologia aeroespacial. Estas serão promovidas de acordo com o ambiente real de Macau.

Nesta fase, o Secretário Tai Kin Ip lançará, no final deste mês, uma consulta pública para auscultar as opiniões de todos sobre o percurso e o planeamento a adoptar. Convidámos também instituições experientes do Interior da China para nos auxiliarem no planeamento. Procederemos de forma faseada e de acordo com o calendário previsto.

Para impulsionar a construção do Parque Industrial, criámos também um grupo de coordenação, que tenho vindo a presidir, uma vez que esta matéria envolve questões do âmbito do planeamento urbanístico da competência do Secretário Tam Wai Man, bem como a forma como a legislação deverá, numa fase subsequente, acompanhar o desenvolvimento do Parque.

Para avançar com este projecto, o Governo da RAEM deslocou-se também a diferentes regiões do Interior da China para visitas e para conhecer a realidade local. A próxima etapa consistirá na realização de consultas e no planeamento. Antes porém, e ainda antes de 2026, será criado o “Centro Internacional da Indústria de Ciências e Tecnologias de Macau”. Uma vez que já dispomos actualmente de algum espaço, instituiremos primeiro este centro, inspirando-nos na experiência do Interior da China, e criaremos uma plataforma governamental para que as empresas de investigação científica possam instalar-se, utilizando esta plataforma para, em Macau, estabelecer a ligação com a próxima fase de desenvolvimento do Parque.

Assim, realizaremos as consultas e o planeamento, e depois o Governo promoverá e concretizará globalmente o projecto. No próximo ano, será criado o “Centro Internacional da Indústria de Ciências e Tecnologias de Macau”, no âmbito do qual o Governo disponibilizará proactivamente uma plataforma de serviços tecnológicos para atrair empresas interessadas a virem para Macau. Começaremos por encarar esta iniciativa como um projecto-piloto.

Muito obrigado pela sua questão.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Tem a palavra a Senhora Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Muito obrigada, Senhor Presidente.

Exmo. Senhor Chefe do Executivo, Senhores membros do Governo, Senhores colegas.

O relatório das Linhas de Acção Governativa apresentado ontem por V. Exa. revela um carácter estável e pragmático, com orientações claras e medidas concretas, sem recurso a *slogans* vazios, reflectindo uma filosofia de governação centrada na população.

No seu discurso proferido na cerimónia de abertura da 15.^a edição dos Jogos Nacionais, o Chefe do Executivo referiu que os Jogos são uma importante oportunidade para promover a integração de Macau na conjuntura do desenvolvimento nacional e para servir o País, pelo que Macau vai seguir o espírito de “juntos na Grande Baía, juntos nos Jogos Nacionais” para mostrar aos amigos do Interior da China e do exterior o encanto único de “Macau com vitalidade” e o rico princípio de “Um País, Dois Sistemas”.

Para Macau, os Jogos Nacionais não são apenas uma prova para avaliar a plena capacidade de organização de eventos de competição, mas também uma alavanca importante para implementar a estratégia nacional de um País forte no desporto, aprofundar a integração entre a cultura, o turismo e o desporto, e promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Senhor Chefe do Executivo, como é que se podem aproveitar os Jogos Nacionais como oportunidade estratégica para libertar plenamente os benefícios dos eventos desportivos, promover a qualidade da indústria desportiva e criar um novo modelo de desenvolvimento que conjugue a competitividade sustentável e a influência cultural? Através da estratégia de “promover o turismo e a cultura através de eventos desportivos”, como é que se vai promover a integração aprofundada de grandes eventos desportivos com a cultura e o turismo, estimulando ainda mais o efeito multiplicador da integração entre a cultura, o turismo e o desporto, criando assim uma nova conjuntura de coexistência entre diferentes sectores? Como é que se vai transformar a emoção das “competições” no progresso da “cidade”, promovendo a marca da cidade e a formação de quadros qualificados para o sector desportivo, e criando um cartão-de-visita de uma cidade desportiva com visão internacional e características locais? E como é que se vai integrar proactivamente na rede de interligação das competições da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, promovendo a cooperação regional em competições e a construção conjunta dos produtos desportivos, culturais e turísticos, elevando plenamente o posicionamento e o valor estratégico de Macau no panorama desportivo e cultural nacional, a fim de dar impulso contínuo ao desenvolvimento diversificado? Muito obrigada.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado pela questão apresentada pela

Senhora Deputada Leong On Kei.

Como referi ontem na conferência de imprensa, os 15.º Jogos Nacionais constituem, de facto, uma excelente oportunidade para a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, permitindo-nos promover um desenvolvimento integrado. O efeito de sinergia desta edição é muito positivo, e essa sinergia não se limita apenas à cooperação inter-regional. Macau aproveitou também esta oportunidade para dar expressão às suas vantagens, nomeadamente através da combinação de eventos desportivos com espectáculos, como o concerto realizado nas Ruínas de São Paulo, que, segundo sei, foi um grande sucesso, embora eu não tenha tido disponibilidade para marcar presença. No que diz respeito ao desporto e ao turismo, apenas no sector desportivo, recebemos 2.486 pessoas, das quais 1.397 eram atletas. Trata-se de uma equipa numerosa, composta por atletas, chefes de delegação e técnicos, pelo que não se trata apenas de 1.397 atletas que vieram a Macau, e muitos deles permanecerão entre nós por algum tempo. Assim, no futuro, esperamos poder aproveitar esta oportunidade para fazer uma boa reflexão. A Secretária O Lam já tem ideias sobre esta matéria.

Se, numa próxima fase, as nossas grandes empresas de lazer conseguirem dar pleno jogo à sua iniciativa, atraindo grandes eventos desportivos internacionais, como a NBA, por exemplo, e se todos conseguirem criar sinergias e produzir efeitos de coordenação, isso demonstrará o papel e o estatuto de Macau como cidade vibrante e centro de lazer.

Espero que todos ousem tentar. No próximo ano, faremos também um balanço das experiências adquiridas. As sugestões que apresentou são muito boas e adequadas à realidade de Macau. Macau reúne condições: temos os bairros antigos, onde se sedimentaram as culturas chinesa e ocidental, dispomos de grandes espaços para espectáculos, e temos uma rede de transportes convenientes, que permite chegar a locais distantes em apenas uma ou duas horas, chegar a Gongbei em meia hora, ou apanhar o autocarro da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e viajar para qualquer parte do mundo. Estas condições são muito favoráveis. Sugiro também que V. Exa. reflita sobre a melhor forma de canalizar os seus esforços e planear, em conjunto com todos, os próximos passos.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário.

Peço a palavra ao Deputado Lao Chi Ngai.

Lao Chi Ngai: Obrigado, Presidente.

Ex.mo Senhor Chefe do Executivo, No ano passado, durante a sua visita a Macau, o Presidente Xi Jinping afirmou que Macau se deve empenhar na construção de uma plataforma de abertura ao exterior de alto nível, e aperfeiçoar os mecanismos para desempenhar melhor o seu papel na abertura do País ao exterior. Isto constitui não só a nova fase do princípio “Um País, Dois Sistemas”, e a nova orientação e exigência na nova situação de Macau, mas revela também a necessidade de Macau se integrar e servir melhor o desenvolvimento nacional, concretizando um melhor desenvolvimento para si próprio. No seu primeiro relatório das LAG, apresentado no início deste ano, o Sr. Chefe do Executivo referiu a estratégia: “dirigir-se para o norte, rumar para o sul, caminhar para o oeste e deslocar-se para o leste” para

fortalecer a conectividade com o interior e o exterior, o que merece o meu reconhecimento. Sugiro aprofundar e implementar a mesma no “Terceiro Plano Quinquenal”, a elaborar no próximo ano. Sr. Chefe do Executivo, pode partilhar os conceitos e ideias concretos sobre a referida estratégia, aliás, reforçar ainda mais a abertura bilateral e alargar o “círculo de amigos” a nível internacional, para Macau ser o bastião da abertura ao exterior de alto nível do país? Obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Muito obrigado ao deputado Lao por colocar esta questão.

Esta questão tem uma certa profundidade, de facto um deputado com formação académica.

Na realidade, este é um resumo das linhas de acção governativa deste ano, uma orientação básica que apresentei durante a minha campanha em 28 de Agosto, que posteriormente foi gradualmente consolidada nesta estratégia, a qual se adequa à realidade de Macau: “dirigir-se para o norte, rumar para o sul, caminhar para o oeste e deslocar-se para o leste, tendo Macau no centro”. Temos de colocar o desenvolvimento de Macau no centro, e todas as iniciativas de “dirigir-se para o norte, rumar para o sul” visam o desenvolvimento bem-sucedido da causa de “um país, dois sistemas” em Macau.

O conceito completo é “dirigir-se para o norte, rumar para o sul, caminhar para o oeste e deslocar-se para o leste, tendo Macau no centro”. No que diz respeito ao “dirigir-se para o norte”, contamos com o apoio da Pátria. Na nossa promoção turística e nas origens dos nossos visitantes, os turistas do Interior da China representam entre 77% a 78%, enquanto a zona da Grande China representa cerca de 93%, incluindo o Interior da China, Hong Kong e Taiwan. Por isso, precisamos de nos apoiar firmemente no apoio que a Pátria nos concede.

Quanto ao Sudeste Asiático, este ano, devido a várias razões e complexidades, não foi possível avançar com os trabalhos nos dois escritórios de turismo, mas temos confiança para o próximo ano, porque já sabemos como proceder; já identificámos o caminho certo. A Malásia e a Indonésia são essencialmente as nossas direcções estratégicas. Como as nossas rotas aéreas têm alcance suficiente, isso é perfeitamente viável. Por exemplo, ir até ao Brasil, na América do Sul, é extremamente difícil, exigindo uma escala em Portugal. Mas no Sudeste Asiático, temos condições para isso, pelo que iremos “rumar para o sul” e estabelecer escritórios na região.

Além disso, temos também de aproveitar plenamente a Zona de Cooperação Profunda, agindo com determinação e ousadia.

Quanto ao “avanço marítimo para oriente”, como mencionado ontem, inclui na verdade duas partes: o Nordeste Asiático e os países de língua portuguesa, especialmente Portugal e Espanha. Precisamos de expandir esta rede, incentivando todos, em colaboração com os sectores privados, a desenvolverem os trabalhos correspondentes. No que respeita ao Japão e à Coreia do Sul, também iremos estabelecer escritórios no próximo ano. Actualmente, os turistas provenientes do Japão e da Coreia representam uma proporção significativa dos

visitantes internacionais, e o número de turistas do Sudeste Asiático tem crescido rapidamente. Nos primeiros nove meses do ano, os turistas internacionais totalizaram cerca de 1,9 milhão, um aumento de 12%, aproximando-se de 80% do nível de 2019.

Na próxima fase, através da cooperação entre companhias aéreas e a Direcção dos Serviços de Turismo, iremos atrair mais turistas internacionais para Macau. Avançaremos passo a passo, pois Macau possui as condições necessárias para cumprir as exigências do Presidente do País, desempenhando plenamente o papel da plataforma aberta ao exterior centrada no “um centro, uma plataforma, uma base”.

Presidente: Obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Peço a palavra ao Deputado Wong Chon Kit.

Wong Chon Kit: Agradeço, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, Tenho prestado atenção aos desafios do envelhecimento, apoio a política de “envelhecimento saudável” do Governo, e espero que se crie um modelo de cuidados para idosos baseado nos bairros comunitários, assistido por tecnologias, preventivo e humano, para melhorar a saúde e o bem-estar dos idosos.

Neste momento, os idosos enfrentam vários problemas de segurança relacionados com a gestão de doenças crónicas, a saúde mental, a vida solitária, a redução da capacidade cognitiva e a polifarmácia, o que implica exigências mais elevadas para o sistema de saúde. No entanto, o modelo tradicional tem limitações em termos de precisão, rapidez e cobertura.

Com o rápido desenvolvimento da inteligência artificial, é possível inovarmos os cuidados comunitários para idosos. As tecnologias podem ser aplicadas na despistagem e prevenção precoce de doenças, gestão de doenças crónicas e medicamentos, monitorização de quedas, alerta do risco de demência e intervenção, e reabilitação inteligente, para os serviços serem mais proactivos, precisos e eficientes.

Senhor Chefe do Executivo, em articulação com o 15.º Plano Quinquenal do País e o enquadramento político de “Macau feliz”, o Governo deve planear, de forma global, a promoção da inteligência artificial nos cuidados para idosos nos bairros comunitários, através da colaboração inter-serviços e da coordenação dos recursos médicos públicos e privados, em prol do objectivo do envelhecimento saudável. Já o fez? Obrigado.

Chefe do Executivo Sam Hou Fai: Agradeço ao deputado Wong a pergunta sobre o envelhecimento inteligente.

Todos temos de enfrentar o envelhecimento da sociedade em Macau. Na próxima fase, será elaborado o “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos” e serão implementadas medidas conexas, nas quais serão consideradas activamente as suas sugestões.

Durante o anterior processo eleitoral, alguém já levantou a questão de como partilhar plataformas inteligentes para apoiar os serviços sociais. O caso do envelhecimento inteligente é semelhante. Como todos sabemos, a tecnologia actual já permite tal possibilidade. A Secretária O Lam poderá considerar como construir esta plataforma: por exemplo, poderia existir uma plataforma específica para os serviços de apoio aos idosos, tal como já existe outra plataforma dedicada às creches. Actualmente, a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude já implementou uma plataforma de inscrição para creches. Assim sendo, no que diz respeito ao envelhecimento inteligente, espero que os deputados do sector tecnológico e profissionais de diversos sectores possam, juntamente com o Governo, impulsionar esta iniciativa durante a elaboração do “Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos”, integrando a tecnologia inteligente para satisfazer as necessidades de diferentes camadas da população. Podemos avançar em áreas como o rastreio de doenças crónicas, a programação de actividades para idosos ou a articulação comunitária.

A criação de um círculo de serviços para idosos exige planeamento e compatibilidade com o ambiente circundante. A distribuição residencial dos idosos varia entre comunidades, e as suas necessidades também diferem. Por exemplo, as necessidades dos idosos do bairro social de Seac Pai Van podem ser diferentes das dos idosos da Zona Norte ou da Praia do Manduco. Por conseguinte, no domínio do envelhecimento inteligente, a forma como a tecnologia inteligente pode prestar apoio deverá ser conjuntamente estudada por todos nós no âmbito do planeamento decenal para os idosos.

O Governo pode fazer muito mais neste domínio.

Agradeço as suas opiniões.

Presidente: Obrigado, Senhor Chefe do Executivo.

Convido o deputado Lam Fat Iam.

Lam Fat Iam: Obrigado, Senhor Presidente.

Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo, também tenho acompanhado com atenção os desafios relacionados com o envelhecimento da população. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, em 2024, a população idosa (com idade superior a 65 anos) atingia 100 mil pessoas, ou seja, 14,6% da população de Macau, percentagem muito superior à registada em 2014, que era de 8,4%. Segundo os critérios da ONU, Macau entrou oficialmente numa sociedade envelhecida (*Aged Society*), portanto, os encargos sociais e económicos no futuro serão cada vez maiores.

Face à tendência do envelhecimento da população, as medidas relacionadas com o seu bem-estar, como a pensão para idosos, têm sido sempre alvo da atenção da sociedade. Nas LAG, o Governo refere que vai continuar a aperfeiçoar os serviços prestados aos idosos, criar um círculo de serviços comunitários que facilite a vida deles, e implementar, a título experimental, a prestação de serviços transfronteiriços, a fim de fazer face ao envelhecimento da população. Ao mesmo tempo, o Governo também propõe o aperfeiçoamento de forma

científica, em conjugação com as sugestões dos estudos, de um mecanismo de ajustamento regular das prestações do regime da segurança social.

Sr. Chefe do Executivo, no futuro, sob os princípios de *“actuar o melhor possível e dentro das suas capacidades; implementar, com precisão, medidas de assistência social e descentralização de recursos”*, o Governo deve aperfeiçoar o regime de segurança social de dois níveis, ajustar e otimizar o mecanismo de prestações deste regime, para que consiga responder, de forma mais eficaz e dinâmica, às alterações sociais e económicas, assegurando o seu desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, suportar o nível básico de protecção dos residentes na 3.ª idade. O Governo vai fazer isso? Obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço ao Deputado Lam por levantar a questão sobre os desafios que o envelhecimento da população traz à sociedade de Macau.

Actualmente, há cerca de 100.000 pessoas com 65 anos ou mais, e cerca de 160.000 com 60 anos ou mais – esta é a informação que obtive antes de vir para a Assembleia Legislativa hoje. Entre os 60 e os 65 anos há também dezenas de milhares de pessoas, e este número irá aumentar gradualmente. Daqui a cinco anos, teremos 160.000 idosos com 65 anos ou mais, pois a nossa esperança média de vida também tem aumentado.

Por isso, precisamos de reflectir conjuntamente sobre esta questão: como prestar assistência precisa, cuidar do bem-estar da população e apoiar tanto os idosos como os mais jovens. Posso partilhar convosco que as despesas previstas com a segurança social no próximo ano serão de cerca de 12.000 milhões de patacas, um montante considerável. Nos próximos anos, poderá ser necessário aumentar ainda mais este valor, mas o Governo tem a responsabilidade iniludível de sustentar todo o sistema de protecção social e o regime de bem-estar social. Avançaremos gradualmente, atentos também à questão da sustentabilidade. Neste sentido, o Fundo de Segurança Social já tem um plano a longo prazo, e temos confiança de que conseguiremos fazer face a estas necessidades. Contudo, devemos actuar dentro das nossas possibilidades e garantir a sustentabilidade, pois caso contrário poderíamos enfrentar a situação de regiões vizinhas, onde é necessário reduzir subsídios e auxílios sociais – algo que não desejo que aconteça em Macau.

Em segundo lugar, no próximo ano, cada idoso com 65 anos ou mais poderá receber até 78.400 patacas, incluindo a pensão para idosos, o subsídio para idosos, a comparticipação pecuniária, os vales de saúde e as 7.000 patacas provenientes do excedente orçamental. Continuaremos a rever este sistema progressivamente, sempre dentro de um quadro sustentável. No que diz respeito ao princípio de *“os idosos serem devidamente sustentados”*, dispomos de cuidados médicos gratuitos, que em Macau são bastante bons. Muitas associações também oferecem serviços médicos comunitários, e continuaremos a promover esta área.

As despesas com o sistema de saúde rondam também os 12.000 a 13.000 milhões de patacas, um valor que tem vindo a aumentar. Na nossa rede de cuidados médicos gratuitos, todas as despesas são isentas para pessoas com 65 anos ou mais ou com doenças graves. Reforçaremos este sistema de forma ordenada. O nosso sistema básico de saúde foi

classificado em primeiro lugar na região Ásia-Pacífico pela Organização Mundial de Saúde, tendo sido amplamente elogiado.

Quanto ao mecanismo habitual de ajuste das prestações da segurança social, já existe um mecanismo prévio: sempre que o índice de preços no consumidor geral acumular 3%, procede-se ao ajuste. No entanto, em Abril deste ano, decidimos efectuar um ajuste extraordinário, tendo em conta a situação social pós-pandémica. Os 3% são apenas um factor interno considerado para garantir o desenvolvimento sustentável e aperfeiçoar o sistema de protecção. Quanto à necessidade de melhorar este sistema, devemos estudá-lo em conjunto, tendo em vista o interesse geral da sociedade. Este ano, prestaremos apoio mais preciso a certos grupos que necessitam de assistência, mas já dispomos de um mecanismo de coordenação adequado.

Quanto à questão de vincular a pensão para idosos ao índice de subsistência, há quem tenha levantado esta sugestão na sociedade. Contudo, trata-se na realidade de dois sistemas completamente distintos. Se pretendemos estabelecer essa ligação, espero que vocês, especialmente os académicos, estudem cuidadosamente as suas implicações, incluindo o impacto no Fundo de Segurança Social. O índice de subsistência e a segurança social diferem entre si: o índice de subsistência corresponde a uma medida temporária, cujas prestações são efectuadas sempre que sejam cumpridos determinados requisitos, e são ajustadas de acordo com o número de membros do agregado familiar, o que exige uma análise abrangente. Portanto, a questão da eventual vinculação deve ser ponderada com grande cautela.

De um modo geral, temos apenas um objectivo: garantir um sistema de segurança social e bem-estar robusto, sustentável e capaz de enfrentar diferentes ambientes e desafios no futuro.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lei Wun Kong.

Lei Wun Kong: Obrigado, Sr. Presidente.

A plena implementação do princípio “Macau governado por patriotas” é indispensável para a implementação estável e duradoura do princípio “Um país, dois sistemas”, assim, o Governo adoptou, nos últimos anos, várias medidas para a implementação desse princípio, incluindo a revisão da Lei relativa à defesa da segurança do Estado, da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa e do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública. Nas eleições legislativas deste ano, a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa, de acordo com o parecer da Comissão de Defesa da Segurança do Estado e nos termos da lei, tomou a decisão de que os candidatos que não defendiam a Lei Básica nem eram fiéis à RAEM da República Popular da China não possuíam a capacidade para serem candidatos. Recentemente, o Governo, nos termos da Lei relativa à defesa da segurança do Estado e do ETAPM revistos, exigiu a todos os trabalhadores da Função Pública a prestação de juramento, sob a forma de declaração assinada. Estas iniciativas demonstram a determinação firme do Governo na defesa da segurança nacional, na plena implementação do princípio “Macau

governado por patriotas” e na salvaguarda da ordem consagrada na Constituição e na Lei Básica.

Sr. Chefe do Executivo, tendo em conta o andamento dos trabalhos relativos ao juramento dos trabalhadores da Função Pública, como é que o Governo vai reforçar a educação sobre o amor à Pátria e a Macau junto dos mesmos, para assegurar a sua lealdade à Pátria e à RAEM? Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço muito a questão que o Sr. Deputado Lei colocou.

Para reforçar a consciência, o conhecimento e a compreensão dos funcionários públicos sobre o princípio “Macau governado por patriotas”, bem como sobre o amor à Pátria e a Macau, o Governo da RAEM tem, em conformidade com o processo de avanço do princípio “Um País, Dois Sistemas”, intensificado a educação no seio da sociedade, em especial entre os funcionários públicos, no sentido de promover o amor à Pátria e a Macau e de aprofundar a interiorização dos respectivos valores. Gostaria de partilhar algumas áreas de trabalho neste domínio.

Primeiro, procedemos à revisão das leis, incluindo as “Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia” e o “Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau”, reforçando os requisitos de “amor à Pátria e a Macau” dos funcionários públicos. Por isso, organizámos, anteriormente, o juramento de acordo com a lei para os dirigentes dos trabalhadores da função pública de diferentes categorias. Quanto aos funcionários de outras áreas, o seu pessoal de direcção e chefia também vai organizar, de acordo com o seu âmbito, a execução das exigências previstas na “Lei dos juramentos por ocasião do acto de posse”.

Segundo, vamos reforçar a educação patriótica dos funcionários públicos. Nos futuros cursos de formação da função pública de Macau, os SAEP irão integrar a “Constituição” e a “Lei Básica” na formação dos trabalhadores dos serviços públicos, especialmente nos cursos de promoção para o pessoal de direcção e chefia, e irão reforçar esta formação. No âmbito da política “expandir-se para o exterior”, iremos organizar mais delegações de funcionários públicos para se deslocarem ao Interior da China, a fim de conhecerem o desenvolvimento da Pátria e a situação nacional, dominando e aprendendo o funcionamento dos serviços e organismos da Administração Pública do Interior da China, a fim de elevar a nossa capacidade de governação. Os titulares dos principais cargos e o pessoal de direcção e chefia “saem mais para o exterior”, o que contribui para a nossa governação e para a elevação da capacidade de Macau.

Principalmente nestes aspectos: reforçar a formação local e a aplicação das disposições legais, devendo simultaneamente “deslocar-se para o norte” a fim de aprofundar o conhecimento e a compreensão da realidade nacional do País.

Os funcionários públicos desempenham cargos nos serviços públicos, constituindo membros importantes dos poderes executivo, legislativo e judicial. Os poderes executivo,

legislativo e judicial, bem como a operação e execução diárias da soberania nacional, são responsabilidade dos funcionários públicos de todos os níveis, pelo que não existe a possibilidade de os funcionários públicos ignorarem a soberania nacional e os interesses da segurança e desenvolvimento. O que fazemos, incluindo a aprovação de leis por parte do órgão legislativo, consiste precisamente no exercício, ao nível legislativo, da competência legislativa conferida a Macau pelo Estado, o que é extremamente importante. Tanto os Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa como todos os departamentos do Gabinete do Chefe do Executivo, o poder executivo constitui uma parte muito importante da soberania nacional, sendo executado e concretizado com a colaboração dos nossos funcionários públicos de todos os níveis. O nosso poder judicial é exercido pelos juízes e apoiado pelos funcionários judiciais. Os nossos poderes executivo, legislativo e judicial, uma equipa de várias dezenas de milhares de pessoas, exercem colectivamente a autorização conferida pelo Estado à RAEM, executando essas responsabilidades que nos cabem ao nível da soberania.

A educação patriótica, a educação do amor pela Pátria e por Macau e os juramentos na ocasião de posse, sejam eles de ética política ou nas grandes instituições empresariais, vão ter exigências correspondentes. Por isso, a sua questão é muito boa, pelo que devemos reforçar os respectivos trabalhos, no sentido de garantir a implementação estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas”.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Sr. Deputado Kou Ngon Seng.

Kou Ngon Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

No primeiro Relatório das LAG do actual Governo, refere-se a necessidade de maximizar o papel singular e as vantagens únicas de Macau. Com base em estudos científicos aprofundados e na ampla auscultação das opiniões da sociedade, e o planeamento, numa perspectiva global e a longo prazo, do lançamento de um conjunto de grandes projectos simbólicos e impulsionadores, incluindo a cidade (universitária) de educação internacional de Macau e Hengqin, o Parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias de Macau, o Bairro internacional turístico e cultural integrado de Macau e o Hub (Porto) de transporte aéreo internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas. As áreas envolvidas abrangem educação, tecnologia, cultura, transporte aéreo, entre outras, e os profissionais nestas áreas manifestaram expectativa e entusiasmo relativamente aos quatro grandes projectos. O actual Governo, com base na realidade de Macau, nas suas diversas vantagens e nas necessidades do desenvolvimento nacional, tem assumido decisivamente reformas e responsabilidades, impulsionando o desenvolvimento moderadamente diversificado da economia de Macau e construindo uma plataforma de abertura de nível superior. Isto é uma medida governativa relevante que demonstra o sentido de responsabilidade do Governo.

Desde o lançamento dos referidos projectos, a sociedade de Macau tem dada muita atenção. Tal como o Senhor Chefe do Executivo afirmou ontem, Macau encontra-se numa fase de transição após a recuperação, avançando rumo a um crescimento de alta qualidade, e

todos os sectores esperam que os quatro grandes projectos possam injectar nova dinâmica no desenvolvimento de Macau. Actualmente, já se passou um ano desde que foram apresentados os quatro grandes projectos. Ontem, o Chefe do Executivo também fez referência a algumas situações relativas a estes quatro grandes projectos. Mas Gostaríamos de saber se o Chefe do Executivo nos poderia fornecer informações actualizadas sobre os progressos realizados até à data nos quatro grandes projectos, bem como sobre os planos previstos para a próxima fase? Obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Obrigado ao Deputado Kou pela sua pergunta, que versa sobre o progresso dos quatro grandes projectos.

A Cidade Universitária será desenvolvida em três fases, sendo a primeira dedicada à expansão académica. Na realidade, já no ano lectivo 2024/25, a Universidade de Macau estabeleceu uma base de ensino e investigação científica e tecnológica, onde já estão a decorrer aulas para estudantes de pós-graduação. No próximo ano, ou seja, em Setembro do ano lectivo 2026/27, as três principais universidades públicas de Macau irão conjuntamente admitir 1200 estudantes de pós-graduação. A segunda fase diz respeito à construção propriamente dita. A obra principal em Macau deverá ser oficialmente iniciada até ao final deste mês ou início do próximo mês. O Reitor Song encontra-se actualmente a preparar intensamente todos os trabalhos necessários. Neste ano, a Universidade de Macau já adquiriu o terreno, e a construção está prestes a ser lançada. Esta fase terá a duração de três anos, com previsão de funcionamento experimental em 2028 e conclusão total em 2029. Como já referi, a configuração das disciplinas será desenvolvida de forma diferenciada, centrando-se principalmente em áreas de engenharia, oferecendo formação no ensino superior de alto nível e carácter internacional. A terceira fase compreende a Universidade Politécnica e a Universidade de Formação Turística, cujos planos correspondentes na Hengqin serão iniciados no próximo ano, incluindo o planeamento dos respectivos campi universitários. Espera-se que a construção destas duas instituições possa começar em 2027. Assim sendo, a construção da Cidade Internacional de Universidades será realizada em três etapas, avançando progressivamente e em sintonia com o desenvolvimento global da Zona de Cooperação.

Quanto ao Bairro internacional turístico e cultural integrado de Macau, já se iniciaram actualmente as consultas, e informações mais detalhadas poderão ser obtidas junto da Secretária O Lam. De acordo com o planeamento, será dada prioridade ao arranque do trabalho do Museu Nacional da Cultura, e após a recolha das opiniões de todos, espera-se poder lançar no próximo ano o concurso internacional para o respectivo projecto. Em relação ao progresso concreto dos três espaços culturais, a Secretária O Lam poderá fornecer-lhe posteriormente uma apresentação detalhada.

Sobre o Hub (Porto) de transporte aéreo internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas, referi há pouco que os trabalhos respectivos estão a ser plenamente impulsionados, quer se trate dos 129 hectares de aterro para o aeroporto, quer do terminal de mercadorias em Hengqin. Recentemente participei na cerimónia de lançamento da pedra fundamental do terminal, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2027. A sua capacidade de processamento deverá atingir 32.000 toneladas no primeiro ano, com uma

meta planeada de 120.000 toneladas após cinco anos e de 300.000 toneladas após dez anos. A expectativa é que, na margem ocidental do Rio das Pérolas, estejamos aptos a integrar o transporte aéreo do aeroporto internacional de Macau. Actualmente, na margem oriental já existem Hong Kong e Shenzhen, mas na margem ocidental ainda não há nenhuma estrutura deste tipo; por isso, avançaremos de forma progressiva e já iniciámos oficialmente as obras. Face a este grande projecto, procederemos a uma articulação em duas frentes.

Quanto ao Parque Industrial de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, encontra-se actualmente em fase de consulta, e as obras de construção estão prestes a ter início. Os planos concretos para a sua promoção poderão, posteriormente, ser apresentados ao público pelo Secretário Tai.

De um modo geral, esperamos que, nos próximos anos, possamos avançar, passo a passo, com os trabalhos dos 4 grandes projectos acima referidos, mas, antes dos trabalhos, ainda vamos auscultar mais opiniões de todos.

Devido ao facto de o aterro do aeroporto já ter sido aprovado e as obras do terminal de mercadorias já terem começado, estamos também a empenhar-nos para impulsionar os trabalhos relacionados de acordo com o planeamento estabelecido. Após a paletização da carga no terminal, este poderá ser transportada directamente para o aeroporto, sem necessidade de passar, como actualmente, pelo processo de desalfandegamento contentor a contentor. Neste âmbito, procuraremos obter o apoio do Estado.

Em suma, o nosso plano de trabalho consiste em avançar passo a passo e, em conjunto com a sociedade, promover de forma gradual a construção dos quatro grandes projectos. O período de tempo envolvido poderá ser relativamente longo, uma vez que não se trata de algo que se possa concluir em três ou cinco anos, mas é necessário que façamos o planeamento e executemos os trabalhos de acordo com as fases previstas.

Obrigado pelas perguntas.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Chao Ka Chon

Chao Ka Chon: Exmo. Sr. Chefe do Executivo: Em 19 de Dezembro de 2024, o Presidente Xi Jinping realizou uma visita a Hengqin, e nessa ocasião, enfatizou que “se deve ter em mente que a intenção original do desenvolvimento de Hengqin é a diversificação adequada da economia de Macau” e salientou que devem ser adoptados os critérios de “três verificações” e “três observações”, ou seja, “é necessário verificar a eficácia do desenvolvimento e da construção da Zona de Cooperação Aprofundada, nomeadamente, se existem iniciativas e resultados reais do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, a melhoria de vida e do mercado de trabalho; é necessário verificar novos resultados institucionais, aproveitando as vantagens de ‘Dois Sistemas’ para a articulação de regras e mecanismos entre os dois territórios; e é necessário verificar o papel pioneiro da integração entre Hengqin e Macau para promover a integração do mercado na

Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”. Tudo isto constitui uma importante orientação para a construção da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin.

Este ano marca o início da segunda fase do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin. O Governo da RAEM criou o “Grupo de Liderança para a Promoção da Construção de Hengqin”, especificamente responsável pela coordenação de assuntos relacionados com a construção da Zona de Cooperação Aprofundada. Guangdong e Macau estão empenhados em promover a ligação entre infra-estruturas, a articulação de regras e mecanismos, e a ligação entre os residentes de Hengqin e Macau, implementando um sistema institucional com elevada coordenação económica e total articulação de regras, a fim de elevar a dita integração a um nível mais alto. Apesar dos resultados alcançados, existem ainda problemas relativos à articulação dos mecanismos e regras, à adaptação do sistema de “quatro conjuntos”, aos efeitos da implementação de políticas inferiores ao previsto, bem como ao desenvolvimento insuficiente da economia real.

Senhor Chefe do Executivo, como é que o Governo vai articular as “três verificações” apresentadas pelo Presidente Xi Jinping, concretizando o objectivo de desenvolvimento de “Macau + Hengqin” e elevando, de forma contínua, o nível de integração entre Macau e Hengqin, para eliminar os obstáculos que limitam profundamente o desenvolvimento de Hengqin, a fim de abrir novos horizontes e alcançar novos resultados?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço ao Sr. Deputado Chao pela sua pergunta sobre a forma como alinhamos com os requisitos nacionais, com as exigências do Presidente e com o desenvolvimento da Zona de Cooperação de Hengqin.

Gostaria de partilhar convosco que, até Setembro deste ano, o número total de entidades empresariais efectivas nas quatro indústrias emergentes na Zona de Cooperação atingiu 32.664, um aumento de 4% em relação ao período homólogo. O valor acrescentado destas quatro indústrias emergentes alcançou 25,964 mil milhões de Renminbi, um crescimento homólogo de 14,6%, representando 66% do PIB de Hengqin, o que demonstra que estas indústrias já possuem uma dimensão considerável na Zona de Cooperação. Actualmente, residem e trabalham na Zona de Cooperação 29.714 residentes de Macau, um aumento de 18,4% face ao ano anterior. O número de estudantes de Macau matriculados é de 844; contudo, após a promoção do projecto da Cidade Universitária no próximo ano, este número poderá aumentar.

Assim sendo, a partir da segunda fase no próximo ano, alinhar-nos-emos com estas exigências, investindo em projectos emblemáticos e grandes obras com efeitos impulsionadores, demonstrando a sinergia do desenvolvimento combinado de Macau e Hengqin. Algumas construções já estão actualmente em curso, como já tive oportunidade de apresentar a todos. Em síntese, um dos projectos é o Centro de Serviços Económicos e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa/Espanhola, cujas instalações já foram inauguradas. Quando o Sr. Presidente Cheong exercia funções como Director da Comissão Executiva, manifestou o desejo de criar uma plataforma para apoiar as empresas

chinesas na sua internacionalização, bem como auxiliar empresas lusófonas e hispânicas a estabelecerem-se no Interior da China ou em Macau. O segundo projecto é a Cidade Internacional de Educação Universitária, que também estamos a alinhar. As três universidades terão uma escala alargada de recrutamento de estudantes, prevendo-se que ultrapassem os 20.000 alunos. Trata-se, portanto, do nosso segundo projecto emblemático. Quanto ao Parque Industrial de Inovação Hengqin, encontra-se actualmente em fase de planeamento. Outro projecto é o Terminal de Mercadorias do Aeroporto Internacional; se a sua capacidade de processamento de carga atingir 300.000 toneladas, toda a cadeia industrial será formada. Assim sendo, estamos neste momento a avançar com estas tarefas de acordo com o plano estabelecido.

O regime de serviços transfronteiriços de “abertura na primeira linha, controlo na segunda linha” tem sido continuamente aperfeiçoado. O Governo Central, atento ao desenvolvimento de Hengqin, irá sucessivamente estudar e implementar políticas e medidas adequadas. No que diz respeito à articulação de regras e de mecanismos, já criámos um grupo dirigente. O regime de funcionários públicos já foi aprovado, com a existência de funcionários temporariamente destacados, bem como de funções permanentes. Os funcionários públicos de Macau representam 48% do quadro de pessoal da Zona de Cooperação, e esta percentagem irá aumentar progressivamente. No próximo ano, realizar-se-ão recrutamentos em Macau para integrar o quadro de pessoal.

Temos confiança em que, através destes grandes projectos, conseguiremos atrair empresas do Interior da China e do estrangeiro para se estabelecerem na Zona, criando activamente as condições necessárias.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wong Ka Lon.

Wong Ka Lon: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo: Apesar da recuperação gradual e estável da economia de Macau, regista-se, no mercado de trabalho, um fenómeno contraditório preocupante. Segundo o Inquérito ao Emprego efectuado pelos Serviços de Estatística e Censos entre Julho e Setembro de 2025, entre os 6900 residentes desempregados, a maioria trabalhava nos sectores da construção civil e da venda a retalho. De entre os desempregados, devido ao impacto do período das graduações, o peso da nova força laboral à procura do primeiro emprego subiu para 18,3 por cento, o que reflecte que um número significativo de residentes, especialmente recém-formados e jovens, continua a ter dificuldades na procura de emprego. No final de Setembro de 2025, o número de trabalhadores não residentes era de cerca de 184 000, muitos dos quais trabalhavam em sectores como os da hotelaria, construção civil e venda a retalho. Como os seus postos de trabalho se sobrepõem aos de alguns desempregados locais, isso implica uma certa disparidade nas perspectivas de emprego para os residentes. O Governo refere, no Relatório das LAG, que irá dar prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego e resolver, especificamente, o emprego dos jovens. Embora o Sr. Chefe do Executivo já tenha feito várias explicações suplementares hoje, trata-se igualmente de

uma questão que preocupa amplamente a população. Peço, pois, que o Sr. Chefe do Executivo possa fazer uma apresentação mais aprofundada.

Para o efeito, Sr. Chefe do Executivo, de que estratégias específicas dispõe o Governo para criar mais oportunidades de emprego e estabelecer um mecanismo de saída dos trabalhadores não residentes e de fiscalização mais rigoroso, em prol da salvaguarda eficaz dos direitos laborais dos residentes, em particular dos jovens? Obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Referiu um problema relativo ao emprego dos jovens, sobre o qual já fiz diversas apresentações anteriormente.

O Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego está muito atento a esta questão, tal como a Sra. Secretária O Lam no domínio da educação, e ambas as secretarias colaboram estreitamente. Como já no próximo mês de Março e Abril enfrentaremos novamente a época de graduação, todos temos de encarar conjuntamente este desafio. Desde que os jovens estejam dispostos a trabalhar, criaremos todas as condições possíveis para promover o seu emprego. O emprego juvenil constitui uma prioridade nas políticas governamentais, e apelamos igualmente à sociedade e aos pais para encorajarem os jovens a integrarem-se activamente na sociedade, a conhecerem-na através da aprendizagem e da experimentação, e a melhorarem as suas capacidades profissionais.

Quanto ao mecanismo de saída, será possível estudar, em determinadas indústrias ou áreas, um modelo inspirado na prática de Hong Kong para promover o emprego juvenil? Podemos discutir conjuntamente esta possibilidade. Como Governo, já estamos a considerar adequadamente esta matéria nos procedimentos de adjudicação de serviços públicos, e já estamos a aplicar os respectivos requisitos. Fixámos esses requisitos há alguns meses, e todos os domínios estão a executá-los de forma ordenada. Esperamos que as grandes empresas, sejam elas empresas de lazer ou outras grandes empresas sociais, mesmo as de média dimensão, desde que reúnam as condições necessárias, apoiem mais os jovens, lhes ofereçam mais oportunidades de experimentação e os incentivem a tentar. Esperamos que os jovens, no decurso do trabalho, possam procurar a sua orientação e posição de desenvolvimento, sintam a sociedade e aperfeiçoem a si próprios. O trabalho é igualmente um ponto de partida positivo na vida, pois através dele é possível aumentar o autoconhecimento e a auto-compreensão.

Espero poder liderar todos na resolução deste problema, pois também estou muito atento a ele. Referiu que 18% dos 6.900 desempregados são jovens, o que corresponde a cerca de 1.300 pessoas. Encorajamo-los a tentar primeiro ingressar no mercado de trabalho, para depois avaliarem se este lhes é adequado e procurarem a sua orientação de desenvolvimento.

Presidente: Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vong Hou Piu.

Vong Hou Piu: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo: Referiu-se no Relatório das LAG/26 que ia estudar a criação de um fundo governamental para as indústrias e um Fundo de Orientação Governamental, promovendo simultaneamente o estabelecimento de uma estrutura de governação, mecanismos de avaliação de desempenho e fiscalização dos fundos. O Governo e o capital social co-investirão, sendo os fundos geridos por equipas profissionais, com a criação de um mecanismo científico de avaliação, investindo em projectos que se adequem às necessidades do desenvolvimento a longo prazo de Macau, atraindo empresas e projectos para se estabelecerem em Macau e na Zona de Cooperação, em prol do desenvolvimento das indústrias emergentes. Manifesto a minha plena concordância com as linhas de acções governativas acima referidas e, na minha opinião, a criação de um fundo governamental para as indústrias, para além de orientar o desenvolvimento das mesmas, ainda contribui para enriquecer a diversidade do mercado de capitais de Macau, promover a participação diversificada do capital social e orientar o desenvolvimento diversificado e adequado da estrutura industrial. O Sr. Chefe do Executivo referiu, há pouco, que ia recorrer, ainda este ano, a uma terceira entidade para proceder a estudos preliminares sobre a dimensão do capital, o modelo de gestão, os objectivos de investimento e o mecanismo de funcionamento do Fundo.

Assim, Sr. Chefe do Executivo: qual é o ponto da situação do estudo sobre a criação do Fundo Governamental para as Indústrias? Quando se prevê divulgar à sociedade os resultados parciais desse estudo? Obrigado.

Chefe do Executivo, Sam Hou Fai: Agradeço ao Sr. Deputado Vong pela pergunta apresentada.

A criação de um fundo governamental para as indústrias e de um Fundo de Orientação Governamental foi uma proposta minha. Após as minhas visitas de estudo à região do Delta do Yangtzé, a Pequim e à região do Delta do Rio das Pérolas este ano, reforçou-se ainda mais a minha convicção de que é necessário estabelecer estes fundos. O Governo deve liderar a criação destes fundos, promover a diversificação da economia e apoiar a instalação de empresas. Trata-se, na realidade, de um instrumento político, no qual o país já obteve grande êxito. Recentemente, o grande fundo nacional lançou uma nova fase, desempenhando precisamente este tipo de função.

Este fundo avançará em conjunto com o capital social e não exclui a possibilidade de, no futuro, fundos de investimento privado virem a participar. Já iniciámos os trabalhos de planeamento correspondentes, coordenados pelo Sr. Secretário Tai, que já constituiu um grupo específico para o efeito, tendo igualmente contratado profissionais experientes para realizar estudos de planeamento. O referido planeamento incide principalmente sobre a estrutura geral de funcionamento do fundo, os seus objectivos, mecanismos de avaliação de desempenho e de fiscalização, entre outros aspectos, o que é consideravelmente complexo; por conseguinte, é necessário realizar primeiro uma avaliação adequada. Prevê-se que os estudos correspondentes sejam iniciados entre o final deste ano e o início do próximo ano, altura em que o Sr. Secretário Tai poderá trocar ideias consigo sobre o assunto. Trata-se de um fundo que não é um produto financeiro comum, pelo que o meu conhecimento também é limitado. Após a conclusão do estudo, certamente discutiremos o assunto com todos,

especialmente com o sector financeiro, para recolher as vossas opiniões sobre esta matéria. Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Chefe do Executivo já respondeu às perguntas dos 32 deputados.

Agradeço novamente ao Sr. Chefe do Executivo e aos Srs. Membros do Governo pela presença nesta reunião.

A reunião de hoje está encerrada.

Muito obrigado a todos.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Divisão de Redacção e Publicações